

O IMPARCIAL

Ano XCVI Nº 36909 | SÃO LUÍS-MA, QUINTA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2023 | CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,00

f @OImparcialMA

t @imparcialonline

i @oimparcial

98 98232-0262

P A Z

Comunidade escolar pede cultura de paz

Hoje, dia 20 de abril, as escolas estão planejando um dia de cultura de paz, em todo o Brasil, com atos utilizando flores, balões brancos e vestes brancas. De acordo com a Associação de Pais e Alunos das Instituições de Ensino do Estado do Maranhão (ASPA-MA), haverá uma série de atos nas escolas nesse dia, em parceria com a AMEP (Associação Maranhense das Escolas Particulares).

MORTE DE BEBÊ INDÍGENA : Saúde de São Luís na mira do judiciário e legislativo

Homem é preso por matar cachorro a tiros

Após a confirmação da morte do animal, os policiais foram em busca do suspeito do crime. Ele foi encontrado com a arma de fogo usada para matar o animal

PF combate contrabando de cigarros na capital



Turíbio Santos abre circuito musical em São Luís

Aclamado por todo o mundo, o violinista maranhense Turíbio Santos é o grande homenageado desta edição do circuito nacional "Música nas Cidades Históricas"



Show SOS Maranhão reúne centenas de pessoas

KITESURF



De olho em vaga olímpica, maranhenses Socorro Reis competirá na França

São Luís, quinta-feira, 20 de abril de 2023



O Mundo Humano e Pós-Humano

AURELIANO NETO

· Membro da AML e AIL · aurineto@hotmail.com



O mundo humano – esse do qual fazemos parte e o integramos com todos os nossos sentimentos, desde a nossa rústica morada na caverna até a conquista da lua. Faço um relato bem resumido desse universo, já que ninguém é obrigado a suportar digressões sobre o evolucionismo de Charles Darwin:

Cheguei a um consultório médico. Várias pessoas – homens, mulheres e crianças – estavam acomodadas nas poltronas dispostas nas laterais da sala de espera. Cumpri o ritual da chegada. Fui até o balcão de atendimento. Identifiquei-me, esclarecendo que tinha uma consulta marcada. Adotadas todas as providências, sentei-me numa das poltronas e, pacientemente, aguardei a chamada.

Como sempre faço, levei um livro e o abri para continuar a leitura. Absorvi-me um pouco com a história contada pela romancista Christy Lefteri, criada em Londres, porém filha de refugiados cipriotas. Essa romancista vem fazendo muito sucesso com o seu segundo romance, O roubo dos pássaros, cujo enredo trata da vida da empregada doméstica migrante Nisha e de mais outras quatro e duas de suas filhas que desapareceram. To-

da narrativa é processada por dois personagens – Petra e Yannis. Petra, a empregadora de Nisha, e Yannis, o namorado da empregada desaparecida.

Estava atravessando a metade desse agradável e cativante romance. Isolou-me no meu canto de espera. Outros personagens foram participando da história contada por Christy Lefteri, como a menina Alikí, filha de Petra, e que ficou aos cuidados de Nisha desde o nascimento, como se fosse sua mãe, até o dia do seu desaparecimento. Costurou-se um forte elo materno entre Nisha e Alikí, que se projetou fora das páginas do romance e, como estivesse encarcerado em prisão perpétua, não consigo expurgá-lo do meu pensamento – Petra, Yannis, Nisha e Alikí. Fico, por isso mesmo, com a síntese final da autora dessa excelente narrativa,

que me ajudou a ter paciência em uma sala de espera e a compreender a vida e a dor dos que sofrem. Diz ela: “É uma história sobre aprender a ver cada ser humano da mesma maneira como nos vemos.” Esse é o sentimento humano que ressaí de toda a narrativa dessa história muito bem construída, que tive a ventura de, isolado, mas ao lado de outras pessoas, absorvê-la, em alguns momentos, sob a indiferença de todos aqueles que me rodeavam, estando concentrados na miragem individualista do mundo pós-humano.

Pois é desse mundo pós-humano. O mundo do ChatGPT. O mundo da artificialidade da vida. O mundo do indiferentismo. Da inteligência artificial, em que a máquina processa e nos entrega, prontas e acabadas, todas as soluções. Quero esclarecer que nada tenho contra esse mundo pós-humano. Terei que me acostumar ao seu materialismo. Beneficiei-me dele em alguns momentos. Mas ele é chato, frio, distante, mesmo antissocial, e mais algumas outras coisas que os psiquiatras, psicólogos ou psicanalistas podem um dia qualquer de curiosidade científica nos esclarecer, alertando-nos para dele migrar para outra vida, na qual se possa ver o sol nascer e se pôr, vislumbrar o brilho da lua e das estrelas.

Volto à sala de espera. Disse que me

sentei numa das poltronas e peguei o livro que comigo levava e dei início à leitura. Passados alguns minutos, olhei em volta. Todos os demais lugares na sala ocupados. Homens, mulheres e uma criança de braço, bem próxima ao pai, e, ao lado, uma mulher, de fisionomia ainda jovem.

Todos que aguardavam a chamada para consulta estavam absortos no celular. Um ou outro aparelho transmitia a mensagem de voz como os antigos serviços de alto-falantes que existiam nos nossos bairros, no tempo em que os aniversários natalícios e os avisos fúnebres eram divulgados para conhecimento público, além das músicas que faziam sucesso, como as de Orlando Dias, Carlos Gonzaga, Anísio Silva, Waldick Soriano, Ângela Maria, Nora Ney e tantos outros astros da nossa canção popular. Só que as mensagens desses celulares, além de estridentes, são de uma chatice perturbadora.

Mas... O que me chamou a atenção não foi a rotina desse novo mundo, ou o abominável mundo novo. O que me chamou a atenção foi o casal e a criança. Ou pelo menos supus, dada a proximidade física, que se trata de um casal. A criança entre os dois. E a mulher – quiçá a mãe – de cabeça enterrada no celular, numa atitude de presença física e de total ausência. O homem – suposto pai – sentado, ereto, enquanto a suposta mãe num outro mundo, o mundo virtual, o distante mundo em que a presença é sinônimo de ausência.

Lendo o filósofo Slavoj Žižek, que escreveu um texto no site A terra é redonda, sob o título O deserto pós-humano, consta esta conclusão: “A humanidade está criando seu próprio deus ou diabo. Enquanto o resultado não puder ser previsto, uma coisa é certa. Se algo semelhante a essa ‘pós-humanidade’ emerge enquanto um fato coletivo, nossa visão de mundo perderá os três de seus sujeitos definidos e sobrepostos: humanidade, natureza e divindade.” Em resumo: não podemos perder a nossa humanidade. Essa humanidade exige convivência, solidariedade, coletividade, diálogo, amor, sob pena de morrerem, embora materialmente vivos.

Contra o racismo

LINO RAPOSO MOREIRA

PhD, Economista Da Academia Maranhense de Letras

Há 25 mil anos um grupo humano emigrou da África para a Europa. A origem de toda a população europeia de nossos dias está nesse episódio. A conclusão é de um estudo feito no Instituto Whitehead, nos Estados Unidos, apresentado na Escócia, durante reunião da Organização do Genoma Humano há cerca de duas décadas. Os cientistas compararam os padrões genéticos de pessoas da Nigéria, Suécia e Europa Central. Eles encontraram apenas pequenas diferenças naqueles padrões e concluíram que as populações desses países e regiões têm origem comum, em um conjunto de não mais do que uma centena de indivíduos.

Estudos desse tipo vêm contribuindo para o banimento definitivo das ideologias disfarçadas de ciência que proclamavam, e, por vezes, ainda proclamam, a superioridade de algumas raças, particularmente da branca, sobre as outras. Saber que os brancos europeus descendem dos negros africanos foi um reforço importante para o combate ao racismo, no mesmo momento em que um membro da organização racista americana Ku Klux Klan era condenado à prisão perpétua pelo assassinato de quatro adolescentes negros em 1963 no Alabama.

A ideia de superioridade racial teve seu apogeu nas primeiras décadas do século XX. A política nazista alemã de aniquilamento dos povos judeu e cigano, bem como de perseguição a diversos povos não brancos, é o modelo mais conhecido da aplicação dessa ideia como política de Estado. Por ironia, em toda a Europa, considerada bom exemplo no trato com minorias, estas passaram a viver na incerteza de serem aceitas como antes. Lembremos do nazismo e dos nazistas.

No Brasil, já foi moda afirmar que a mistura de raças, característica tão marcante da cultura brasileira, iria gerar uma sub-raça degenerada. Ela herdaria as características mais indesejáveis das que a formassem. A influência desse pensamento pode ser vista até num intelectual da qualidade de Euclides da Cunha, especialmente em sua obra prima, Os sertões. O curioso é que, se essa teoria fosse verdadeira, seríamos, os brasileiros, uma raça degenerada, de “mestiços histéricos”. Não me parece ser esse o caso, apesar das aberrações, não biológicas, mas morais, que se têm visto no Brasil dos últimos tempos.

O racismo, como conhecido atualmente, é um fenômeno moderno, incômoda herança da expansão mundial do capitalismo ocidental, iniciada com as grandes descobertas de novas terras, especialmente nas Américas, em fins do século XV. A necessidade de utilização de mão-de-obra barata, não disponível nos países colonizadores, para a exploração econômica das colônias, levou à escravização dos nativos. A justificativa, diferentemente da utilizada no mundo antigo, que discriminava com base em outros fatores, era de que aquelas eram raças inferiores. Estas, diziam as potências coloniais, estariam produzindo para o bem da humanidade. Queriam dizer para o bem das raças superiores. Um nordestino, de Pernambuco, Gilberto Freire, foi um dos primeiros demolidores desse mito e o mais brilhante. Ele mostrou que o conceito de raça, além de incluir elementos de cultura, como bem assinalou Franz Boas, em adição aos de biologia, tem de ser visto como o resultado de uma relação dinâmica entre ambiente, história, migrações e etnias. Os próprios portugueses têm um passado bastante heterogêneo, com elementos africanos e europeus – ambientais, étnicos e culturais – que marcaram sua formação histórica.

Pode-se falar, então, de uma “raça histórica” brasileira, produto da mistura de diversas etnias, entre elas a portuguesa, a banta e a e vários grupos indígenas, que se adaptaram às particularidades ecológicas dos trópicos, a fim de construir sua própria história. Falar de hierarquia de raças é tão absurdo quanto falar de hierarquia de ecossistemas, de histórias ou de migrações. Cada raça, como definida por Freire, é, somente, a combinação específica, particular, não repetível, desses elementos em conjunto.

A “raça histórica” brasileira, a despeito das inúmeras dificuldades que enfrenta há longo tempo, já provou que se iguala a qualquer outra. Mas, simultaneamente, ela é diferente, singular, única, de extraordinária riqueza cultural. É isso que a levará à construção de um Brasil melhor e mais justo. Porém, quando se ouve um presidente, da República, Jair Bolsonaro, no exercício de seu

mandato, dizer que os negros moradores de quilombos não servem para nada, ou servem apenas para procriar, assim como as mulheres, dizem também, servem tão só para igualmente procriar, então são necessários esforços civilizacionais extras, com o fim de garantir a todos os cidadãos o acesso às leis contra discriminações de qualquer tipo. Racistas e fascitoides como esse e seus seguidores estão destinados ao banimento social e ao repúdio público. A sociedade brasileira tem a maturidade suficiente para não permitir a prevalência entre nós do ódio derivado da psicopatia, da misoginia, do roubo de joias pertencentes legitimamente ao Estado brasileiro, da perseguição aos adversários políticos. A democracia prevalecerá contra as tentativas de implantação de um regime no ditatorial no país.

São Luís, quinta-feira, 20 de abril de 2023

MORTE DE BEBÊ INDÍGENA

Saúde municipal na mira do judiciário e legislativo

Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís fará inspeção no Hospital da Criança e vereadores convocam secretários municipais de saúde e de Obras e Serviços Públicos

SAMARTONY MARTINS
COM INFORMAÇÕES DA CÂMARA

A morte de um bebê indígena na última segunda-feira (17), ao dar entrada na UPA do Araçagi, em São José de Ribamar, na Região Metropolitana de São Luís, após ter atendimento negado no Hospital Dr. Odorico Amaral de Matos (Hospital da Criança), na capital maranhense, abriu uma crise entre os poderes judiciário, legislativo e o executivo de São Luís.

Por conta da repercussão que o caso teve uma inspeção judicial será realizada na manhã desta quinta-feira (20), no Hospital Odorico Amaral de Matos – Hospital da Criança, em cumprimento à sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, que tem como juiz titular, Douglas de Melo Martins. O autor da ação pediu que o Município apresentasse quais procedimentos que foram adotados para a recusa do não atendimento da criança.

De acordo com as informações, a criança de 10 meses da etnia Ka'apor foi encaminhado da cidade de Zé Doca, a 313 km de São Luís, com um quadro de pneumonia e anemia grave. Para salvar a vida do bebê a família procurou por atendimento nas UPAs do Vinhais e Vila Luizão e, por último, na unidade do Araçagi, onde o bebê morreu, logo após o Hospital da Criança ter se recusado a receber o indígena, justificando falta de leito. Além da inspeção determinada pela justiça no Hospital da Criança, o plenário da Câmara de São Luís aprovou, em regime de urgência, um requerimento de autoria do vereador Edson Gaguinho (União), convocando os secretários Joel Nunes (Semus) e Davi Col Debela (Semosp) para falar sobre a situação do Hospital da Criança. A audiência de convocação ficou agendada para a próxima terça-feira, dia 25.

Durante a sessão vários parlamentares foram à tribuna para se solidarizar com as famílias e pedir melhorias no atendimento à população infantil.

O vereador Raimundo Penha (PDT) abriu o discurso demonstrando preocupação à situação do Hospital da Criança e falou que o episódio ocorrido na unidade de saúde fez a cidade estampar capa de diversos jornais. Ele lembrou, inclusive, uma reunião com o secretário Joel (Semus) para tratar sobre o tema. “O Hospital da Criança, em São Luís, virou capa de diversos jornais, entre eles **O Imparcial**. Por isso, hoje eu não subo nesta tribuna com alegria. Subo aqui com muita tristeza. Porque exatamente há uma semana, eu estive com a vereadora Silvana Noely, juntamente com o covereador Jhonatan Soares, do Coletivo Nós, como integrantes da Comissão de Direitos Humanos, reunidos com o secretário Joel (Semus) para tratar sobre as obras do Hospital da Criança. Na oportunidade, eu cheguei a advertir o secretário por uma fala inadequada, lembro-o que a questão na unidade não é só os transtornos pela reforma, mas a falta de vaga”, declarou o parlamentar.

Críticas à gestão municipal de Eduardo Braide



Criação de novos leitos – O vereador Edson Gaguinho (União) parabenizou o colega pelo discurso e lembrou o gesto do governador Carlos Brandão (PSB) que anunciou a criação de 25 novos leitos de UTI, Unidades Semi-Intensiva, leitos clínicos e de estabilização que estarão disponíveis nos hospitais Dr. Juvêncio Mattos e da Ilha, ambos em São Luís, para atender as crianças. “O governador se sensibilizou e criou 25 leitos visando à ampliação da assistência pediátrica em nossa cidade. O que nós não queremos é que aconteçam novas vítimas”, declarou o parlamentar.

Burocracia que atrapalha – No mesmo sentido, o vereador Beto Castro (PMB) apontou a burocracia como um grande problema e lembrou que a reforma do estabelecimento já passa dos 10 anos, tendo início ainda na gestão do prefeito Edivaldo. “O que vejo é muita burocracia para pouca ação. Às vezes a gente se esbarra nessas questões burocráticas que acabam atrapalhando. Aquela obra do Hospital da Criança tem 10 anos e teve início na gestão do prefeito Edivaldo, mas até hoje não se tem definido um cronograma de conclusão dos serviços, bem como não se consegue um atendimento à altura dos pacientes. Infelizmente, é uma situação preocupante e que inevitavelmente pode contribuir para que outros pacientes venham perder suas vidas”, disse.

Prefeito rejeitou ajuda – O vereador Nato Júnior (PDT) lembrou que, quando o deputado Carlos Lula foi secretário de Estado da Saúde, ofereceu à prefeitura de São Luís, em janeiro do ano passado, o Hospital Dr. Genésio Rêgo para receber os pacientes do Hospital da Criança. No entanto, se-

gundo o pedetista, o prefeito optou em não aceitar a parceria. “Ontem, na Assembleia Legislativa, o deputado Carlos Lula revelou que na época em que estava como secretário estadual de saúde, se reuniu com o titular da Semus e ofereceu o Centro de Saúde Genésio Rêgo para que as crianças do Hospital Odorico Amaral fossem pra lá, visando à continuidade das obras pelo governo de uma forma mais rápida. Ficou acertado isso, mas quando a proposta foi levada ao prefeito Braide, o chefe do Executivo municipal despachou e afirmou que era a própria prefeitura que iria concluir a reforma. Ou seja, o Estado se ofereceu, mas foi o Município que não quis a ajuda. Com base nisso, eu pergunto: como é que essa reforma vai ser concluída com crianças dentro da unidade?”, questionou.

Visita ao secretário – Em sua fala, a vereadora Concita Pinto (PCdoB) trouxe à tona situações que também afetam outras unidades de saúde do município. De acordo com a parlamentar, a situação envolvendo os Socorros I e II também é preocupante. “Temos visto como preocupação algumas questões e precisamos buscar uma saída para algumas situações como a questão da superlotação”, frisou.

Durante os pronunciamentos, o vereador Umbelino Júnior (PL) aproveitou para convidar os membros da Comissão de Saúde para, após a sessão ordinária, o grupo possa se deslocar até a Secretaria Municipal de Saúde, para uma audiência com o secretário Joel Nunes. “Eu já protocolei um ofício e aproveito para convidar todos os membros para participar dessa reunião”, afirmou.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Epidemia perigosa

Ao pé da letra, epidemia é o aumento no número de casos de uma doença em várias regiões, mas sem escala global. O Brasil, que acaba de sair da pandemia mundial do coronavírus, agora enfrenta a “epidemia” de violência nas escolas. Os casos que já levaram mais de 200 pessoas à prisão e apreensões de menores em todo o país seguem como prioridade absoluta do governo Lula da Silva. Depois de liberar R\$ 150 milhões no dia 5 de abril, na última terça-feira o presidente anunciou um pacote de medidas que acarretam em gastos acima de mais R\$ 3 bilhões para enfrentar a onda de violência.

A situação ficou tão grave que o governo convocou para reunião conjunta, os ministros do STF, presidentes da Câmara e do Senado, além de governadores e prefeitos. Os alarmes soaram em tom de preocupação geral depois que, no início deste mês, um homem de 25 anos matou, a golpes de machado, quatro crianças em Blumenau (Santa Catarina). Dias antes, um adolescente de 13 anos esfaqueou uma professora até a morte e feriu mais quatro pessoas em uma escola em São Paulo. Tais brutalidades, que provocaram comoção até fora do Brasil, foram reforçadas com botaria na internet e ameaças reais, gerando um redemoinho de pavor no ambiente escolar no Brasil.

A reunião de 3ª em Brasília deu o tom da gravidade do problema neste começo de governo do PT, que resolveu ampliar a discussão para demais autoridades, em busca de uma ação compartilhada. Na ocasião, o ministro da Justiça de Segurança Pública, Flávio Dino, revelou um balanço preocupante. Nos últimos dez dias, 225 pessoas foram presas e menores apreendidos por ações e planos de violência no ambiente escolar. Além disso, 1.224 casos estão sendo investigados em todo o país e 694 adolescentes foram chamados para depor. Somados a isso, 756 perfis de plataformas como Twitter e TikTok foram eliminados.

O canal Escola Segura, criado pelo Ministério da Justiça para essas denúncias, recebeu 7.473 notificações. Para Flávio Dino “isso mostra a existência de uma epidemia, que permite, de forma eloquente, dimensioná-la: não são casos isolados. É uma rede criminosa estruturada”. Em concordância, o ministro Alexandre de Moraes associou o modus operandi da “epidemia” ao ambiente das redes sociais que atuam como “uma terra sem lei”. Fomentou-se, então, a ideia de regulamentar a Internet sobre o discurso de ódio e erradicar os perfis onde os agressores se fortalecem a partir de curtidas.

Tal situação mostra o quanto tudo em torno do ensino passou à categoria de urgentíssimo. Os três anos de pandemia já deixaram um estrago irreversível na educação brasileira, principalmente no ensino fundamental, diante da fragilidade do sistema municipal e do despreparo do professorado para enfrentar os desafios tecnológicos do ensino remoto. Assim também para a adaptação dos alunos à realidade nua e crua que lhes foram apresentadas. Grande parte sequer tinha um celular para acompanhar os conteúdos à distância. Agora o governo se depara com o ambiente virtual das redes e games que viabilizam tudo que se possa imaginar, inclusive disseminação do ódio aonde deve haver saberes e calor humano.

Causa indigna (1)

O vice-governador do Maranhão e secretário de Educação, Felipe Camarão, postou em suas redes que, em parceria com as lideranças indígenas, o governo demonstra respeito e compromisso com os povos originários.

Causa indígena (2)

Camarão anunciou no twitter (para breve) a entrega da 1ª fase dessa caminhada de compromissos com a construção da 1ª universidade indígena (dentro de um território indígena), no Centro de Saberes Tenetehara Tukàn, no Maranhão.

Causa indígena (3)

Também no Dia do Índio (19/04), o governador Carlos Brandão reafirmou compromisso com os povos indígenas, ao abraçar essa causa histórica, com as parcerias de todos os entes federados, na garantia de segurança e dignidade.

São Luís, quinta-feira, 20 de abril de 2023

A REFRESCOS GUARARAPES, vem, por meio deste, convocar o Sr. ALEX BATISTA DE SOUSA PEREIRA, portador do CPF 056.xxx.xxx-xx, para que proceda com imediato retorno ao trabalho ou justificar as faltas, no prazo de 24 horas, a partir desta publicação, sob pena de serem adotadas as medidas legais cabíveis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023
A Prefeitura Municipal de Bom Jardim, Estado do Maranhão, através da sua Comissão Permanente de Licitação - CPL, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações posteriores, torna público que fará realizar licitação na Modalidade TOMADA DE PREÇOS, sob o Regime de Empreitada por preço Global, do tipo menor preço global, sob o regime de Empreitada por preço Global, às 15h30min (quinze horas e trinta minutos) do dia 10 de maio de 2023 na sala da Comissão Permanente de licitações cujo objeto é a Contratação de pessoa jurídica especializada para a construção de uma creche Tipo 1, no bairro Vila Esperança no município de Bom Jardim/MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona a Comissão Permanente de Licitação, onde poderão ser consultados gratuitamente ou adquiridos mediante o recolhimento da importância de R\$50,00 (cinquenta reais) feito exclusivamente através de documento de Arrecadação Municipal (DAM), Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim - Maranhão - Brasil - CEP 65.380-000, ou sistema do TCE/SINC (https://apps.tce.ma.gov.br/sincsite/contrata) e demais informações no e-mail: prefeiturabomjardimcpl@gmail.com, www.bomjardim.ma.gov.br Bom Jardim/MA, 17 de abril de 2023. Ingrid Silva dos Santos. Presidente da CPL. Portaria Nº 17/2021.

A empresa PARK IMPERIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.059.848/0001-38, vem, por meio do presente e na melhor forma de direito, NOTIFICAR os clientes MELRE DE PAIVA DA SILVA HOLANDA, JAMILTON MENESES HOLANDA, JOHNNY FABIO COSTA DA SILVA E FRANCISCA EDILEUSA DE CASTRO COELHO, inscritos no CPF sob os números 601.591.793-86, 602.961.923-33, 888.685.161-87 E 255.320.303-91, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do presente, efetuem a purgação da mora referente ao contrato de compromisso de compra e venda firmado junto a notificante, relativo ao imóvel constituído por QUADRA 16 LOTE 03, QUADRA 06 LOTE 22 E QUADRA 17 LOTE 09, situado no Park Imperial, Imperatriz - MA, devendo, os notificados, efetuar, no prazo acima, o pagamento das parcelas contratuais em aberto, com vencimentos em 10/05/2022 A 10/04/2023, 10/05/2022 A 10/04/2023, 10/09/2022 a 10/04/2023, devidamente acrescidas dos encargos moratórios acertados em contrato. Notifica-se, ainda, que em não havendo a purgação da mora, no supracitado prazo, o contrato em questão estará resiliado, nos termos do artigo 474 do Código Civil, situação esta que ocasionará o imediato regresso dos direitos do retro mencionado imóvel (inclusive de posse e de nova comercialização), para a notificante. Notifica-se, finalmente, que uma vez operando o desfazimento do contrato, nos termos acima, os valores eventualmente de direito dos notificados (após realizadas as deduções e abatimentos rescisórios) estarão à disposição dos mesmos no escritório da notificante.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023 - SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2023
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
INTERESSADO: Município de São Domingos do Azeitão/MA.
OBJETO: Registro de Preço para futura contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de camisetas, uniformes e brindes para atender as necessidades de todas as unidades da Prefeitura Municipal de São Domingos do Azeitão/MA.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR LOTE.
ENVIAR DA PROPOSTA/DOCUMENTAÇÃO: das 08h00 min do dia 17/04/2023 às 08h59 min do dia 05/05/2023, horário de Brasília/DF.
ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA: dia 05/05/2023, às 09h 00min, horário de Brasília/DF.
FONTE DE RECURSOS: Sistema de Registro de Preços.
ORÇAMENTO SIGILOSO (X) SIM () NÃO
OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital poderá ser obtido ou consultado na Comissão Permanente de Licitações - CPL, em dias úteis de segunda à sexta, no horário das 08h:00min às 12h:00min horas, também podendo ser obtido gratuitamente por meio digital, nos seguintes endereços eletrônicos: www.comprasnet.gov.br, no site da Prefeitura Municipal de São Domingos do Azeitão/MA: https://saodomingosdoazeitao.ma.gov.br/. Mais informações poderão ser consultadas e obtidas através do e-mail da CPL: cpl.saodomingosdoazeitao@gmail.com.
São Domingos do Azeitão/MA, 19 de abril de 2023.
Hugo Ribeiro Cardoso
Pregoeiro

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO MEARIM
CNPJ: 05.661.917/0001-50 Rua Beco de Dourado, s/n - Centro - Vitória do Mearim/MA, CEP: 65-350-000
AVISO DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE Nº 001/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2023
ÓRGÃO REALIZADOR: O Instituto de Previdência do Município de Vitória do Mearim/MA - PREVIM, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.
MODALIDADE: CARTA CONVITE
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.
OBJETO: Contratação de escritório de advocacia especializada para a Prestação de serviços em Consultoria e Assessoria Jurídica para atender as necessidades do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO MEARIM - PREVIM, conforme especificações e quantidades detalhadas no Termo de Referência.
ORDENADOR DE DESPESA: Presidente do PREVIM.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir da publicação até dia 28 de abril de 2023.
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 28 de Abril de 2023.
HORÁRIO: 08h00min (oto horas).
LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, situada na sede do PREVIM, localizado à Rua Beco de Dourado, s/n - Centro - Vitória do Mearim/MA, CEP: 65-350-000.
EDITAL: O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, situada na sede do PREVIM, localizado à Rua Beco de Dourado, s/n - Centro - Vitória do Mearim/MA, CEP: 65-350-000, de segunda-feira à sexta-feira no horário das 08h00min (oto horas) às 12h00min (doze horas) onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente. Em nenhuma hipótese haverá entrega de edital fora do horário previsto neste aviso de licitação.
Vitória do Mearim (MA), 17 de abril de 2023.
ALDO CESAR MARINHO PEREIRA - CPF nº 005.423.583-95
PRESIDENTE DO PREVIM - Portaria nº 050/2021

Estado do Maranhão PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA INÊS
Comissão Permanente de Licitação - CPL
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA INÊS
AVISO DA SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023
AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS 002/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00.00.010/2023. A Câmara Municipal de Santa Inês-MA, por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público a realização da SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA da Tomada de Preços nº 002/2023 marcada para o dia 25 DE ABRIL DE 2023, às 09h00 na sala da Comissão Permanente de Licitação, para abertura dos ENVELOPES Nº 2 DE PROPOSTAS DE PREÇOS. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados na CPL, Prédio da Câmara Municipal de Santa Inês (MA), situada na Av Luiz Muniz, nº 1055, Centro, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, nos horários das 08:00h ou poderá ser obtido através do site https://cmsantaines.ma.gov.br/licitacoes-3/. Informações pelo e-mail: licitacao@cmsantaines.ma.gov.br.
Santa Inês-MA, 19 de abril de 2023.
Rhoney Santos Soares.
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

ASSOCIACAO DE MORADORES DE MONOEL BRAVO, CNPJ: 00.675.423/0001-01, torna público, que RECEBEU da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, em 12/04/2023, Autorização para Perfuração de poço tubular nº 0805403/2023, coordenadas 2°52'09.93" S e 44°43'49.53"W, situado em Povoado Bravo, município de Cajapió/MA, para fins de abastecimento visando consumo humano e dessedentação animal, conforme dados constantes no processo nº 245179/2022.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023 - CCL/PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.949/2022
OBJETO: Contratação de empresa para execução de reforma na sede da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico do Município de Barreirinhas (Casa do Turista).
DATA DA ABERTURA: 08/05/2023 às 09h00min. (horário local).
LOCAL DA ABERTURA: Auditório da Prefeitura Municipal de Barreirinhas.
Informações disponíveis em www.barreirinhas.ma.gov.br.
Barreirinhas (MA), 17 de abril de 2023.
Áquilas Conceição Martins
Presidente da CCL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO MARANHÃO - COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS
TERMO JUDICIAL DE PAÇO DO LUMIAR
1º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE PAÇO DO LUMIAR
Av. 13, Quadra 158, nº 03 - Conjunto Maiobão - Paço do Lumiar-MA
Telefone (98) 3274-3980
Felipe Madruga Truccolo
Tabelião e Registrador
Edital
Eu, Thiago Lucas Ferreira da Hora, Escrevente Autorizado, do 1º Ofício Extrajudicial de Paço do Lumiar, PAÇO SABER a todos os interessados, nos termos do Art. 213, inc. II, § 3º, da Lei Federal nº 6.015/73, que pela solicitante W C P TAVARES CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.586.502/0001-34, com sede na Estrada da Mata, nº 05, São José de Ribamar-MA; foi apresentado neste Registro Imobiliário o requerimento solicitando RETIFICAÇÃO DE ÁREA, do imóvel localizado na Travessa São Sebastião, Quadra "M", lote nº 16, Parque Nova Era - Miriú, neste Município de Paço do Lumiar-MA; visando alterar as medidas perimetrais e a descrição do seu imóvel, para a seguinte descrição de coordenadas UTM: inicia-se a descrição deste terreno no ponto P1, de coordenadas X: 590819.71533447 e Y: 9721864.518062; deste segue confrontando com a Travessa São Sebastião; com distância de 8,00m até o ponto P2, de coordenadas X: 590826.43672617 e Y: 9721865.4344242; deste, segue confrontando com o lote nº 18, com distância de 25,00m até o ponto P3, de coordenadas X: 590830.12714555 e Y: 9721840.5598265; deste, segue confrontando com o terreno de propriedade do Sr. Benedito Carvalho da Silva; com distância de 8,00m até o ponto P4, de coordenadas X: 590822.09692249 e Y: 9721839.6436582 deste, segue confrontando com o lote nº 14, com distância de 25,00m até o ponto P1. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 45º WGR e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como Datum de entrada o SAD 69. O pedido de retificação foi instruído com os documentos enumerados no artigo 213, inc. II, da Lei dos Registros Públicos, os quais encontram-se disponíveis neste serviço registral imobiliário para exame e conhecimento do interessado. Tendo em vista que não consta, no memorial descritivo e planta, a anúncia expressa dos confrontantes, e que da diligência realizada no local não foi possível localizá-los por estarem em lugar incerto e não sabido, FICAM, PORTANTO, INTIMADOS:

1) PROPRIETÁRIOS DOS IMÓVEIS CONFRONTANTES do imóvel acima mencionado.
Que têm o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste, para apresentar contestações. A não apresentação de impugnação no prazo acima, implicará anuência ao pedido de RETIFICAÇÃO DE ÁREA. As impugnações devem ser apresentadas por escrito neste 1º Ofício Extrajudicial de Paço do Lumiar, situado na Avenida 13, Quadra 158, nº 03, Conjunto Maiobão, Paço do Lumiar-MA. Paço do Lumiar-MA, 26 de dezembro de 2022. Eu, Thiago Lucas Ferreira da Hora, Escrevente Autorizado que digitei e subscrevi. Protocolo nº 70.818, Lº 1, de 18/10/2022. Selo nº PRENOT031534KNN0ZJW41BA3B27. Emol. R\$ 35,20. FERJ R\$ 4,78. Ferc R\$ 1,19. FEMP R\$ 1,59. FADEP R\$ 1,59. Total R\$ 44,17.
Poder Judiciário - TJMA
Selo: INTIM031534KNN0ZJW41BA3B27
26/12/2022 16:46:23, Ato: 16.23, Parte(s): W C P TAVARES CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO
Total R\$ 44,17 Emol R\$ 39,80 FERJ R\$ 1,19 FADEP R\$ 1,59 FEMP R\$ 1,59 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SÓTER
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GABINETE DA SECRETARIA
AVISO DE RETIFICAÇÃO/ERRATA DO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023
RETIFICAÇÃO/ERRATA. Aviso de licitação da Tomada de Preços nº 002/2023 publicado no Jornal Imparcial, no dia 19 de abril de 2023 na página nº 005. ONDE SE LÊ: ABERTURA: 08/05/2023, LEIA SE: ABERTURA: 10/05/2023.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023 - CCL/PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.457/2022
OBJETO: Registro de Preços para a futura contratação de empresa para prestação dos serviços de locação de impressoras e copiadoras multifuncionais para atender as demandas do Município de Barreirinhas.
DATA DA ABERTURA: 05/05/2023 às 09h30min, horário de Brasília.
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Portal CMB - www.centralcomprasbshsma.com.br
Informações adicionais em www.barreirinhas.ma.gov.br e www.centralcomprasbshsma.com.br.
Barreirinhas (MA), 17 de abril de 2023.
Áquilas Conceição Martins
Pregoeira

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINFRMA
SECRETARIA ADJUNTA DE PROJETOS - SEAPROJ
EDITAL DE COMUNICAÇÃO
A Secretaria de Estado da Infraestrutura - SINFRMA, torna público que recebeu da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA/MA, a Licença de Operação, Processo: 23020004655/2023 E-processo: 20479/2023, relativa ao Projeto de Melhoramento e Pavimentação da MA-320, trecho Santo Amaro do Maranhão / Primeira Cruz, com extensão de 38,00 km.
São Luís, 19 de abril de 2023.
Atenciosamente,
ANTONIO MANOEL SILVANO NETO
Secretário Adjunto de Projeto
Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Ed. Clodomir Miller 3º andar - Calhau - CEP: 65.051-200
SINFRA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2023 - SRP. O Município de Santo Antônio dos Lopes - MA, torna público aos interessados que, com base na Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019; Decretos Municipais nº. 042/2018 e 054/2018, Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações; Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais legislações aplicáveis à espécie, fará realizar às 09h00min do dia 04/05/2023, licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica; modo de disputa: "aberto"; cujo objeto é o registro de preços, visando futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de aparelhos de ar-condicionado, pelo prazo de 12(doze) meses, em atendimento às necessidades do Município de Santo Antônio dos Lopes/MA. A licitação será realizada no Portal de Compras Públicas - www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço: Praça Abrão Ferreira, S/N, Centro, Prédio da Comissão Permanente de Licitação, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 12h00min, para consulta presencial, no entanto, o(s) arquivo(s) está(ão) disponibiliza-do(s) eletronicamente nos seguintes endereços: Portal da transparência do poder executivo Municipal (www.stoantoniodoslopes.ma.gov.br) na plataforma de pregão eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, e também no sistema do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente. Para todas as referências de tempo, será observado o horário de Brasília/DF. Santo Antônio dos Lopes - MA, 19 de abril de 2023. HERNANE LOPES ALENCAR. Pregoeiro Municipal. Port. Nº 139/2023 - GPSAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO
Praça Nossa Senhora de Nazaré, nº 742, Centro, Riachão - MA CNPJ: 05.282.801/000
AVISO DE SUSPENSÃO.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 341.10.02/2023- CPL/PMR. A Prefeitura Municipal de Riachão, Estado do Maranhão, com sede na Praça Nossa Senhora de Nazaré, nº 742, Centro, CEP 65.990-000, na forma da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 10.520/02 e do Decreto nº 10.024/19, através do Pregoeiro Municipal, torna público aos interessados do Pregão Eletrônico Nº 14/2023, do tipo MENOR PREÇO POR GLOBAL, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços na área de saúde e assistência social, para atender as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Riachão/MA, fica suspenso "SINE DIE", a data de realização da sessão pública de abertura do Pregão, a qual se encontrava marcada para o dia 20 de abril de 2023, às 09h00min (nove horas). Nova data para a sessão pública de abertura da licitação em epígrafe será oportunamente marcada e comunicada, mediante publicação em todos os veículos de comunicação necessários. Demais informações podem ser consultadas no site eletrônico do Portal Bolsa Nacional de Compras (BNC) - www.bnc.org.br e site oficial do município de Riachão/MA http://www.riachao-ma.gov.br. Outras informações pelo e-mail cplriachao.ma@gmail.com. Base Legal Lei nº 8.666/93 e seus Articulados. Riachão/MA, 17 de abril de 2023. Cleidinaiva Borges Barbosa Neves. Pregoeira Municipal.

ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DO CIDADÃO E CONSUMIDOR DO ESTADO DO MARANHÃO
PROCON/MA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE REMARCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 - CSL/PROCON

AVISO DE REMARCAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 - CSL/PROCON. O PREGOEIRO DO PROCON/MA torna público que a licitação em epígrafe, objetivando contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, em aparelhos de ar condicionados, com fornecimento de peças, componentes e acessórios por outros novos e originais do fabricante necessários à manutenção, fica REMARCADA para o dia 04 de maio de 2023, às 09h30min, através do uso de recursos de tecnologia da informação, no site www.compras.ma.gov.br. O Pregoeiro informa, ainda, que o edital encontra-se disponível na página web www.compras.ma.gov.br e https://www.procon.ma.gov.br.

São Luís, 18 de abril de 2023.
THIAGO COLVER DA SILVA
PREGOEIRO DA CSL - PROCON/MA

novomundo.com
NOVO MUNDO AMAZÔNIA S.A.
CNPJ/ME nº 13.530.973/0001-84
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria da NOVO MUNDO AMAZÔNIA S.A, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social e das disposições legais aplicáveis, convoca os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a se realizar na sede na sede social da Companhia situada na Avenida Cinco, n.º 1, Quadra E, Módulo 01, Lote 1, Distrito Industrial, São Luís, Maranhão às 16:00 horas do dia 29 de abril de 2023 a fim de tratarem da seguinte ordem do dia:

1) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;

2) Deliberação sobre proposta da Diretoria para destinação do resultado líquido do exercício e distribuição de dividendos;

Goiânia, 20 de abril de 2023.
Carlos Luciano Martins Ribeiro
Presidente do Conselho de Administração

São Luís, quinta-feira, 20 de abril de 2023

continuação EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | Companhia Aberta de Capital Autorizado | CNPJ/MF nº 06.272.793/0001-84

Table with financial data for Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. including Dividendos a pagar, Lucro líquido do exercício, and Dividendos mínimos obrigatórios.

Conselho de Administração: Augusto Miranda da Paz Júnior (Presidente), Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima (Vice-Presidente), Marcos Antônio Lopes Freixo Filho - José Silva Sobral Neto - Edvaldo Luís Rizzo - Sérgio Túlio dos Santos - Marise Grinstein - Tânia Sztamfater Choccolat. Conselho Fiscal: Titulares: Saulo de Tarso Alves de Lara - Paulo Roberto Franceschi - Vanderlei Dominguez da Rosa - Andrea Costa Amâncio Negrão - Luiz Alberto Meirelles Beileiro Barreiro Junior. Suplentes: Moacir Gibur - Claudia Luciana Ceccatto de Trotta - Ricardo Bertucci - Eduardo da Costa Ramos - Raquel Mazal Krauss. Diretoria Executiva: Sérgio Túlio dos Santos (Diretor Presidente), Humberto Luis Queiroz Nogueira (Diretor), José Jorge Leite Soares (Diretor), Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores), Agnelo Coelho Neto (Diretor), Tatiana Queiroga Vasques (RI) (Diretor), Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira (Diretor), Cristiano de Lima Logrado (Diretor), José Silva Sobral Neto (Diretor), Geovane Ximenes de Lira - (Superintendente) - Contador CRC PE 012396-0-3-S-MA.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. - Equatorial Maranhão, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, apresentados sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., em 29 de março de 2023, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação do lucro do exercício e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

LEILÃO DE 37 IMÓVEIS Online. Data do Leilão: 27/04/2023 a partir das 14h00. ALAGOAS • BAHIA • CEARÁ • GOIÁS • MARANHÃO MATO GROSSO DO SUL • PARÁ • PARANÁ RIO DE JANEIRO • RIO GRANDE DO SUL SANTA CATARINA • SÃO PAULO. LOTE 14 - CHAPADINHA/MA PARQUE MOISES APORIM. LOTE 15 - APICUM-ACU/MA CENTRO. MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO MARIANA ABREU. 2/3 (dois terços), dos sócios da fundação MARIANA ABREU, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.157.979.0001/92, sediada na Rua Nossa Senhora das Dores nº 40, Centro, Presidente Vargas - MA, CONVOCAM através do presente edital, todos os sócios da supracitada fundação, para Assembleia Geral Extraordinária, destinada à ELEIÇÃO E POSSE DE SUA NOVA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL, que será realizada na sede da fundação, situada no endereço acima informado, no horário das 09:00h, as 15:00h, do dia 29 abril de 2023. 1 - As CHAPAS concorrentes deverão ser inscritas até 48:00h, antes do pleito, e entregues na sede da fundação. 2 - Os candidatos inscritos deverão estar em conformidade com o estatuto da fundação. Presidente Vargas, 17 de abril de 2023.

CAIXA GOVERNO FEDERAL MINISTÉRIO DA FAZENDA BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO. AVISO DE VENDA. Edital de Leilão Público nº 3069/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3070/0223 CPA/RE - 2º Leilão. A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 14/04/2023 até 09/05/2023, no primeiro leilão, e de 19/05/2023 até 24/05/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. CRISTIANO GOMES FERREIRA, Rodovia BR 262, KM 375, s/n, Fazenda Roda D'Água, Juatuba/MG, CEP: 35675-000, Fones: (31) 3360-8106, (31) 3360-8107 e (31) 3360-8190 e atendimento de segunda a sexta das 8:30h às 17:30h, site: www.palaciosdosleiloes.com.br O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/imoveiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 10/05/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 25/05/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.palaciosdosleiloes.com.br. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

LAGO PEDRA. AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO (COM NOVA DATA). A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Lago da Pedra, com fulcro no art. 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no Decreto Municipal nº 004/2021, no uso de suas atribuições, torna público e comunica aos interessados o ADIAMENTO (COM NOVA DATA) da licitação na Modalidade Pregão Eletrônico nº 011/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE GÁS GLP E BOTTIÕES, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAGO DA PEDRA - MA. Nova data para início da Sessão de Disputa de Preços: às 09H do dia 02 de maio de 2023. Local: www.licitanet.com.br. Motivo do adiamento: Inclusão tardia do edital no portal eletrônico. O Edital permanece inalterado, na íntegra, e está disponível para download no site supramencionado, bem como através do site oficial da PMLP, a saber, https://www.lagodapedra.ma.gov.br/. Lago da Pedra, 19 de abril de 2023. LARYSSA THAYNARA DE OLIVEIRA AVELINO - Pregoeira

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL. AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA Nº 001/2023 - CCL/PMB PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.298/2023. OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa para execução de serviços de implantação, recuperação e manutenção de estradas vicinais na zona rural do município de Barreirinhas. DATA DA ABERTURA: 24/05/2023 às 09h00min. (horário local). LOCAL DA ABERTURA: Auditório da Prefeitura Municipal de Barreirinhas. Informações disponíveis em www.barreirinhas.ma.gov.br. Barreirinhas (MA), 17 de abril de 2023. Áquilas Conceição Martins Presidente da CCL

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL. AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2023 - CCL/PMB PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 806/2023. OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa para prestação de serviços de publicação, em jornal de grande circulação, no caderno de classificados ou em espaço específico de avisos de licitações e/ou anúncios oficiais, de matérias, de interesse da Prefeitura Municipal de Barreirinhas. DATA DA ABERTURA: 09/05/2023 às 09h30min, horário de Brasília. LOCAL DE REALIZAÇÃO: Portal CMB - www.centralcomprashsma.com.br. Informações adicionais em www.barreirinhas.ma.gov.br e www.centralcomprashsma.com.br. Barreirinhas (MA), 17 de abril de 2023. Áquilas Conceição Martins Pregoeira

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO DO RIACHO DAS TRAIRAS, CNPJ: 35.279.452/0001-39, torna público, que RECEBEU da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, em 10/04/2023, Autorização para Perfuração de poço tubular nº 0790102/2023, coordenadas 5°10'20,196"S e 48°15'35,848"W, situado no Riacho das Traíras, município de São Pedro Da Água Branca/MA, para fins de abastecimento visando consumo humano e dessedentação animal, conforme dados constantes no processo nº 242099/2022.

CAIXA GOVERNO FEDERAL MINISTÉRIO DA FAZENDA BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO. AVISO DE VENDA. Edital de Leilão Público nº 3067/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3068/0223-CPA/RE - 2º Leilão. A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 11/04/2023 até 04/05/2023, no primeiro leilão, e de 12/05/2023 até 18/05/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. SANDRO DE OLIVEIRA, Rodovia BR 316, km 18, nº 20, Itapepocu, Benevides/PA - CEP: 68.795-000, Fones (91)3033-9009/98233-4700; e atendimento de segunda a sexta das 8h às 17h, site: www.norteleiloes.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/imoveiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 05/05/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 19/05/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.norteleiloes.com.br. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

AVISO DE REABERTURA DA SESSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023-CPL. PROCESSO ADM. Nº 06/2023. A Comissão Permanente de Licitação do Município de Tufilândia, Torna Público que Reabrirá a Sessão Pública de Abertura e Julgamento das Propostas de Preços 10h00min do dia 27 de abril de 2023, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Tufilândia, localizada na Rua do Comercio nº 191, Centro, CEP 65.387-000. A presente reabertura tem com finalidade a continuidade da escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para prestação de serviço de construção da Secretaria de Educação no Município de Tufilândia - MA. Qualquer informação poderá ser obtida junto a Comissão Permanente de Licitação no endereço acima citado, de segunda a sexta feira, no horário das 08h00min às 12h00min ou pelo e-mail: cpl.tufilandia@outlook.com. Tufilandia/MA, 18 de abril de 2023. Vildimar Alves Ricardo. Prefeito Municipal

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL. AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 - CCL/PMB PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.300/2023. OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa para execução de serviços de construção de pontes metálicas e de madeiras no município de Barreirinhas. DATA DA ABERTURA: 25/05/2023 às 09h00min. (horário local). LOCAL DA ABERTURA: Auditório da Prefeitura Municipal de Barreirinhas. Informações disponíveis em www.barreirinhas.ma.gov.br. Barreirinhas (MA), 17 de abril de 2023. Áquilas Conceição Martins Presidente da CCL

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL. AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023 - CCL/PMB PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.803/2022. OBJETO: Contratação de empresa para prestação dos serviços de marketing digital e gerenciamento de redes sociais. DATA DA ABERTURA: 05/05/2023 às 14h30min, horário de Brasília. LOCAL DE REALIZAÇÃO: Portal CMB - www.centralcomprashsma.com.br. Informações adicionais em www.barreirinhas.ma.gov.br e www.centralcomprashsma.com.br. Barreirinhas (MA), 17 de abril de 2023. Áquilas Conceição Martins Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANO DO MARANHÃO. AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2023 Sistema Registro de Preços nº 009/2023 PROCESSO Nº 1017/2023 A prefeitura municipal de Serrano do Maranhão, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público para conhecimento dos interessados que na data 03/05/2023, horário 08:30hs, na sede da Prefeitura Municipal no endereço Avenida das Palmeiras, s/n, Centro, Serrano do Maranhão-MA, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial-SRP, do tipo Menor Preço por item, para execução indireta por empreitada por preço unitário, para Formação de registro de preços para aquisição e manutenção de equipamentos para circuito de monitoramento (incluindo a mão-de-obra para instalação), para os prédios públicos do município de Serrano do Maranhão, conforme as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O procedimento licitatório observará as disposições da Lei Federal 10.520/2002, Lei Municipal nº 311/2021, e subsidiariamente as Leis Federais nº 8.666/1993 e Leis Complementares nºs 123/2006 e alterações posteriores. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal da Transparência onde poderá ser consultado e obtido cópia e no endereço supracitado. Serrano do Maranhão (MA), 18 de abril de 2023 Jonatas de Castro Costa Secretário Municipal de Administração.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP. AVISO DE LICITAÇÃO. LRE ELETRÔNICA Nº 009/2023 - EMAP. A EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP torna público que realizará a LICITAÇÃO LRE ELETRÔNICA Nº 009/2023 - EMAP, no modo de disputa fechado, no regime de contratação empreitada por preço unitário, pelo critério de julgamento menor preço, no dia 17/05/2023, às 09:30 horas, Horário de Brasília, por meio do uso de recursos de tecnologia da informação, pelo site www.licitacoes-e.com.br, visando a Contratação de empresa especializada para Instalação de Linha de Vida e Pontos de Ancoragem e recuperação das coberturas nos Prédios, Torres, Berços e Castelos de Água do Porto do Itaqui e Terminais Externos localizados em São Luís - MA e Alcântara - MA, de acordo com o constante no Processo Administrativo nº 3196/2022 - EMAP, de 25/11/2022 e especificações do Edital e seus Anexos, e em conformidade com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, pelas disposições da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações e Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.emap.ma.gov.br, no link Transparência/Compras, podendo ainda ser adquirido gratuitamente na CSL/EMAP, mediante solicitação pelo e-mail: csl@emap.ma.gov.br, durante os dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas. Fones: (98) 3216-6533/3216-6531/3216-6532 e 3216-6028. Esclarecimentos e informações adicionais serão prestados aos interessados no site www.emap.ma.gov.br, no link emap/transparência, e ou notificação direta através de Fax ou Carta ou e-mail. Telefones: (98) 3216-6531, 3216-6532 e 3216-6533. São Luís - MA, 19 de Abril de 2023. Flávia Alessandra Noleto Miranda Carvalho Gerente de Compras e Contratos da EMAP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO-MA. AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2023-PMR/MA. A Prefeitura Municipal de Rosário- MA, através da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia, torna público, o Edital de Chamada Pública nº 01/2023-PMR/MA, objetivando o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para fornecimento de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para complementação da merenda escolar. A Realização será às 9h:00min do dia 10 de maio de 2023, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Urbano Santos, nº 970 - Centro, CEP: 65150-000 - Rosário - MA, na forma do Art. 14 da Lei Federal nº 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 26/2013 atualizada pela CD/FNDE nº 04, de 02 de abril de 2015. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia, na Comissão Permanente de Licitação - CPL, situada na Rua Urbano Santos, nº 970 - Centro - Rosário - MA de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h às 12h e das 14h às 17h, e no site da Prefeitura Municipal de Rosário https://www.rosario.ma.gov.br. Poderá ser solicitado também através do e-mail: cplrosarioma2@gmail.com, Rosário/MA, 12 de abril de 2023. José Pinho Coelho Caires - Presidente da CPL - Rosário/MA.

FIQUE A PAR DE TUDO, LEIA O IMPARCIAL. O melhor e mais diversificado conteúdo de notícias do Estado. ASSINATURAS: COMERCIAL: 99116-1624 oimparcial.com.br

São Luís, quinta-feira, 20 de abril de 2023

DIA 20 DE ABRIL

Comunidade escolar pede cultura de paz

PATRICIA CUNHA

O Enfrentamento da Violência nas Escolas será o tema da audiência pública que será realizada pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa na próxima quinta-feira (27), às 14h, no auditório Neiva Moreira, na sede da instituição, no Cohafuma. Devem fazer parte representantes das secretarias de governo da Educação, da Segurança Pública, da Saúde, sindicatos da educação, além da sociedade civil e de várias outras instituições que possam contribuir com o debate.

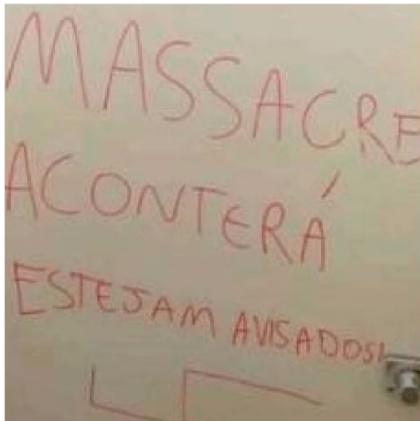
Os recentes casos de ameaças e ataques violentos às escolas e à comunidade escolar nas mais diversas regiões do Brasil levantaram um alerta sobre o risco dessas ocorrências se repetirem, e tem sido tema de discussão e debate quanto à segurança nos estabelecimentos de ensino.

Mas além dos planos de segurança previstos pelos governos federal, estadual e municipal, os estabelecimentos de ensino também estão se movimentando.

Hoje, dia 20 de abril, as escolas estão planejando um dia de cultura de

paz, em todo o Brasil, com atos utilizando flores, balões brancos e vestes brancas.

De acordo com a Associação de Pais e Alunos das Instituições de Ensino do Estado do Maranhão (ASPA-MA), haverá uma série de atos nas escolas nesse dia, em parceria com a AMEP (Associação Maranhense das Escolas Particulares).



Dia 20 de abril: aniversário de Hitler e do massacre de Columbine

O dia 20 de abril tem deixado alunos, pais e professores ainda mais

atentos. O motivo para isso são as diversas mensagens postadas e publicadas "anunciando massacres". A razão para o alerta ser feito especificamente para esse dia decorre do fato de que a data marca dois ocorridos históricos relacionados a grupos extremistas: o Massacre de Columbine, atentado em uma escola nos Estados Unidos que deixou 13 mortos no dia 20 de abril de 1999, e o aniversário do ditador alemão Adolf Hitler, que nasceu no dia 20 de abril de 1889.

No Maranhão, no último dia 10, a Prefeitura de São José de Ribamar anunciou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino por dois dias. A medida foi adotada após um perfil nas redes sociais anunciar que no dia 20 de abril ocorrerá um massacre.

A ameaça foi feita por meio de um perfil nas redes sociais que utilizou o nome da Escola Municipal Raimundo Rocha Leal Júnior, na Vila Tamer. O perfil postou fotos de máscaras, armas e de um homem segurando uma pistola, e em uma publicação nos stories, ameaçou realizar um massacre nas escolas JP 2, Lionel Brizola, Raimundo Rocha Leal Jr, Floriano, Eugênio Barros e Miriútu.

Sindicatos de educação repudiam violência

Diante do que tem sido acompanhado, o Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís considera que é fundamental a soma dos esforços de todos os poderes para enfrentamento da situação, e pede menos política de repressão e mais de prevenção nas escolas. "Esta é a hora de mobilização nacional que consolide em nossas redes de ensino de programas de mitigação da ocorrência desses casos. A escola precisa ser percebida por toda a comunidade como um lugar de acolhimento e diálogo, onde estudantes possam se sentir seguros e estimulados a trazer suas inquietações, pesquisar e avançar coletivamente nos conhecimentos que permitem superar o ódio. Por isso, acreditamos que a escola precisa de apoio de vários outros equipamentos públicos e a polícia militar não é apenas um deles, o que temos visto é que, a cada ataque são sugeridas soluções como mais polícia nas escolas, detectores de metal e câmeras de segurança. Sabemos que, apesar de trazerem sensação de tranquilidade, essas medidas não resolverão o problema em si. É preciso que haja políticas de segurança pública para prevenir que passem por inteligência e investigação e não somente por repressão", aponta a direção do Sindeducação.

A escola precisa ser percebida por toda a comunidade como um lugar de acolhimento e diálogo, onde estudantes possam se sentir seguros e estimulados a trazer suas inquietações, pesquisar e avançar coletivamente nos conhecimentos que permitem superar o ódio

Sinproesemma

O Sinproesemma (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão) acompanha com preocupação a realidade atual, que impacta na tranquilidade do ambiente escolar.

Para o presidente do Sinproesemma, Raimundo Oliveira, esse é um assunto grave e que necessita de um debate aprofundado. "Temos convicção que a escola é o reflexo da sociedade em que vivemos. Sabemos dos problemas que enfrentamos, como o aumento da fome, o desemprego que incide diretamente no aumento da violência, que infelizmente acaba invadindo as nossas escolas. É necessário intensificar a vigilância para prevenção desses atos e proteger toda a comunidade escolar e punir de forma muito dura quem anda espalhando fake news com o intuito de propagar o caos na educação. Não podemos admitir a ideia de banalização da violência nas escolas, nesse momento de agitação social é necessário acolhimento, qualificação e estreitamento dos laços entre família e escolas", avalia Oliveira.

É necessário intensificar a vigilância para prevenção desses atos e proteger toda a comunidade escolar e punir de forma muito dura quem anda espalhando fake news com o intuito de propagar o caos na educação. Não podemos admitir a ideia de banalização da violência nas escolas

Mensagens em redes sociais são monitoradas



Todas as publicações envolvendo o assunto estão sendo monitoradas e acompanhadas pelas autoridades policiais em ação conjunta com membros do Ministério Público e com o Ministério da Justiça e da Segurança Pública, resultando inclusive em apreensão de adolescentes.

Segundo o Ministro da Justiça, Flávio Dino, os boatos sobre um possível ataque em massa em escolas do Brasil colocou as autoridades em alerta, o que levou policiais do Maranhão, Goiás e São Paulo a identificarem grupos de jovens ligados a movimentos neonazistas que estariam tentando recrutar outros jovens para propagarem discurso de ódio e ameaças contra escolas no estado da região Nordeste.

Na semana que passou, um trabalho da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA) integrada com todas as forças de segurança resultou em 15 apreensões de adolescentes no estado e um outro sendo investigado. Nenhum ataque a escolas no Maranhão foi registrado.

Os adolescentes foram apreendidos na Grande Ilha e também nos municípios de Bequimão, Caxias, Governador Nunes Freire e Barra do Corda.

Também houve apreensões nos estados de São Paulo e Goiás, em uma operação conjunta com as polícias dos respectivos estados. Por decisão judicial, cinco já foram internados em unidades de ressocialização. As medidas determinadas pelo Estatuto da Criança e Adolescente estão sendo aplicadas.



Em Belo Horizonte, um adolescente de 17 anos foi apreendido, no último dia 13, suspeito de escrever ameaças de massacre no dia 20 de abril, dentro do banheiro masculino da Escola Estadual Donato Werneck de Freitas, no bairro Minaslândia, região Norte da cidade. Segundo o boletim de ocorrência, a diretora da unidade era o principal alvo das ameaças.



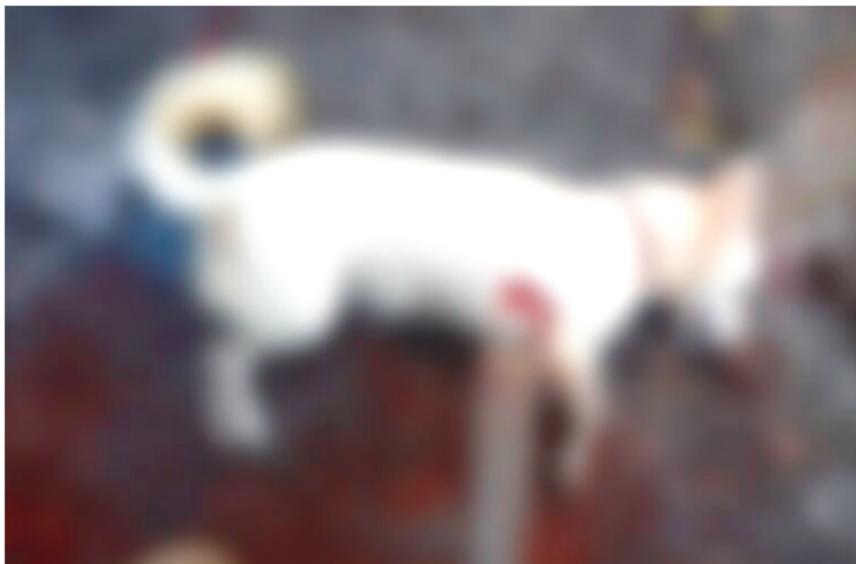
Em Belterra, município do Pará, um adolescente de 15 anos foi conduzido para a delegacia de Polícia Civil após escrever frases ameaçadoras à professores e alunos em um cartaz, para o dia 20 de abril. A polícia informou que os cartazes com as ameaças foram colados na parede do banheiro de uma escola, no último dia 15.

MAUS TRATOS

Homem é preso por matar cachorro a tiros

Após a confirmação da morte do animal, os policiais foram em busca do suspeito do crime. Ele foi encontrado com a arma de fogo usada para matar o animal

Polícia Civil em Maracaçumé prendeu homem em flagrante pelos crimes maus tratos a animais com resultado morte e posse ilegal de arma de fogo.



ANIMAL FOI BALEADO E O CORPO ABANDONADO PELO SUSPEITO QUE COMETEU O CRIME



Na ocasião, a equipe policial recebeu denúncia que um homem havia matado um cachorro. Os policiais foram ao local para averiguar o fato.

Após a confirmação da morte do animal, os policiais foram em busca do suspeito do crime. Ele foi encontrado em sua residência, na posse da

arma de fogo usada para matar o animal. Sendo assim, os policiais deram voz de prisão em flagrante ao sujeito.

SÃO LUÍS

PF combate contrabando de cigarros na capital



A Polícia Federal deflagrou, ontem, quarta-feira, dia 19 de abril, a Operação Potência, com o cumprimento de três mandados de busca e apreensão na cidade de São Luís, contra grupo criminoso especializado no contrabando de cigarros.

A investigação teve início ainda no ano de 2021, após a prisão em flagrante de uma pessoa e a apreensão de 100 pacotes de cigarros de origem estrangeira, na localidade de Ribeira, zona rural de São Luís.

Na ocasião da primeira ação da PF, também foi apreendido um aparelho celular.



Da extração e análise dos dados do aparelho celular apreendido, após a devida autorização judicial, se evi-

denciou não somente a participação do da pessoa presa em flagrante nos crimes apurados, como também foi possível identificar outros atores que, de forma associada, com o objetivo de obter lucros, comercializam cigarros contrabandeados em São Luís.

Os mandados estão sendo cumpridos na cidade de São Luís, tendo sido empregado um efetivo de 16 Policiais Federais. Caso condenados, os investigados poderão responder pelos crimes de contrabando e associação criminosa cujas penas somadas podem chegar oito anos de reclusão.

SUSTENTABILIDADE

Projeto da Equatorial Maranhão incentiva a reciclagem há 12 anos

Incentivar a destinação correta dos resíduos sólidos e proporcionar sustentabilidade é o maior objetivo do projeto E + Reciclagem, da Equatorial Maranhão, que desde 2011 vem fazendo a diferença no estado. O projeto faz parte do Programa de Eficiência Energética, regulado pela ANEEL e da plataforma de sustentabilidade da distribuidora de energia.

Muitos benefícios socioambientais já foram alcançados por meio do E+ Reciclagem, pois o projeto colabora para diminuir os danos causados ao meio ambiente e promove ações voltadas para difundir a cultura da coleta seletiva, conscientização e a preservação ambiental. Além disso, proporciona também descontos na conta de energia, de acordo com a quantidade e tipo de material reciclável. Esse desconto pode ser aplicado na conta de energia do cliente ou pode ser doado a uma instituição filantrópica. A Equatorial Maranhão, que tem como um de seus valores a Responsabilidade socioambiental, fomentando a reciclagem e estimulando a doação de bônus para instituições sociais, assumiu o compromisso com a agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), está a Ação Contra a Mudança Global do Clima que foca, entre outros fatores, no combate à poluição em todos os meios.

A reciclagem em números – Quanto vale seu lixo?

Já são mais de 196 mil clientes cadastrados em 12 anos de existência do projeto. Essas pessoas reciclaram mais de 40 mil toneladas dos diversos tipos de materiais aceitos, como o papel, plástico, metal, embalagens Tetra Pak e óleo de cozinha. Os resíduos se converteram em descontos na conta de energia de muitas casas e instituições sem fins lucrativos, somando mais de 2 milhões de reais em descontos em contas de energia.

Mais de 29 mil toneladas de papel foram recicladas, isso equivale a 1.163.737 árvores que deixaram de ser cortadas e proporcionou a economia de 930.989 metros cúbicos de água. E as mais de 7 mil toneladas de plástico recicladas ajudaram a economizar 38.259.870 Megawatt hora de energia elétrica.

Somente em 2023, até o início de abril, mais de 1.300 toneladas de resíduos já foram coletadas, gerando quase R\$ 87 mil em descontos na conta de energia. Além disso, desde fevereiro, o E+ Reciclagem passou a receber vidro, totalizando em menos de três meses mais de 6 toneladas de vidro reciclado. Esses números são muito animadores e provam que as pessoas que decidiram aderir à coleta seletiva por meio do E+ Reciclagem são grandes responsáveis pela contribuição à sustentabilidade do nosso estado, ajudando a construir um ecossistema mais saudável e um meio ambiente menos poluído.

Por enquanto, somente os postos de São Luís estão recebendo vidro. Os clientes que desejarem entregar seus vidros podem se dirigir até os postos de coleta nas unidades localizadas na sede da Equatorial Maranhão, no Centro Elétrico da Avenida Guajajaras, no Supermercado Mateus da Cohab e na Lagoa da Jansen.

Como participar do E + Reciclagem?

- Separe os resíduos (limpos e secos);
- Procure um dos postos de coleta com o número da conta contrato (unidade consumidora) em mãos;
- Leve os resíduos ao posto de coleta e faça sua troca;
- O bônus referente ao seu resíduo virá na próxima conta de energia. Se preferir, você pode escolher uma instituição filantrópica para doar os seus bônus. Desta forma, as instituições somam várias doações e muitas vezes recebem a conta paga (zerada) no final do mês.

Confira os materiais recebidos nos postos de coleta do projeto:

- Resíduo orgânico: óleo de cozinha;
- Papel em geral: livros, revistas, encartes, jornal, papelão, etc.;
- Plástico: PET, plástico duro, plástico filme, PVC, canos e forros, etc.;
- Material eletrônico: celulares, placas eletrônicas, televisor, aparelho de som e computador (exceto pilhas e baterias);
- Metal: aço inox, alumínio, ferro, bronze e chumbo (baterias de carro, por exemplo);
- Embalagens Tetra Pak (caixinhas de leite, ervilha, creme de leite, extrato de tomate, etc.);
- Vidro: garrafas; copos e pratos; potes de conserva; embalagens de vidro; embalagens de esmalte.

"MÚSICA NAS CIDADES HISTÓRICAS"

Turíbio Santos abre circuito musical em São Luís

Aclamado por todo o mundo, o violinista maranhense Turíbio Santos é o grande homenageado desta edição do circuito nacional "Música nas Cidades Históricas"

Nesta quinta-feira, 20, no Teatro Arthur Azevedo, às 19h, o show do violonista Turíbio Santos no Teatro Arthur Azevedo, marca a abertura da programação do circuito nacional "Música nas Cidades Históricas – MUCIH", que seguirá com shows e apresentações em diversos espaços na capital até o dia 23 de abril. A programação é totalmente gratuita.

Aclamado por todo o mundo, o maranhense Turíbio Santos é o grande homenageado desta edição. Ele fará também uma palestra na sexta-feira, 21, às 10h30, na Escola de Música "Lilah Lisboa" do Maranhão.

Durante a programação haverá shows e apresentações no Museu Histórico e Artístico de São Luís, Teatro João do Vale, Convento das Mercês, Casa do Tambor de Crioula e a Catedral da Sé. O violonista Celso Faria, a pianista Maria Teresa Madeira, o grupo Chantar (Trovadoras Medievais), o Duo Penezzi e Proveta, o violonista João Pedro Borges, o violonista Ales-



TURÍBIO FARÁ TAMBÉM UMA PALESTRA AMANHÃ, NA ESCOLA DE MÚSICA LILAH LISBOA

sandro Freitas, a Orquestra Maranhense de Violões, o grupo Instrumental Pixinguinha, o pianista Daniel Lemos e o grupo de tambor de crioula Pungar da Ilha participam do MUCIH

em São Luís (MA).

A programação completa pode ser conferida no Instagram do evento (@musicanascidadeshistoricas).

SOLIDARIEDADE

Show SOS Maranhão reúne centenas de pessoas

Centenas de pessoas acompanharam o show SOS Maranhão da cantora Anna Torres, no Teatro Arthur Azevedo. Os ingressos para o espetáculo foram substituídos pela doação de um quilo de alimento não perecível. O evento beneficente teve o apoio do Governo do Estado e os donativos serão entregues às famílias atingidas pelas enchentes em municípios maranhenses.

O governador Carlos Brandão fez questão de prestigiar o show e destacou a importância da união para ações solidárias em favor dos que mais precisam.



"Primeiro, eu quero agradecer à Anna Torres que veio de Paris para gravar esse show aqui em São Luís, um show beneficente em prol dos desabrigados por conta de enchentes no Maranhão. Cada pessoa trouxe um quilo de alimento, é um gesto simbólico, mas que demonstra o envolvi-

mento da sociedade no amparo às famílias afetadas pelas chuvas", declarou o governador.

A cantora Anna Torres começou o show com a canção "Uma Brasileira em Paris", que fala sobre a experiência de morar há mais de uma década no exterior sem abandonar suas raízes, continuando a divulgar o Brasil e o Maranhão para o mundo.



O repertório contou tanto com canções em português quanto em francês, como "La Vie en Rose", "La Bohème", "Ilha do Amor", "Cárcara", dentre outras. O momento no Teatro Arthur Azevedo também foi utilizado para gravar o clipe da música "Se Veja como Diva", uma das composições mais recentes de Anna Torres, e que teve a participação especial da cantora Alessandra de Queiroz.

Antes da apresentação, Anna Torres fez questão de agradecer a colaboração do público em uma causa tão nobre, que é ajudar o próximo.

"Esse retorno a São Luís está sendo

emocionante! Primeiro estou mostrando o cartão postal que é São Luís para o Brasil e para o mundo com o clipe "Se Veja Como Diva". Em segundo lugar, está sendo feito um gesto simbólico, mas que pode ajudar pessoas, que é a doação dos alimentos. Eu gostaria que essa campanha continuasse, o SOS Maranhão, para que muitas pessoas possam ajudar", afirmou Anna Torres.

O show SOS Maranhão foi aberto pela dupla Victor Oliveira e Vinícius Porto, ambos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os jovens artistas apresentaram a música "Essência de Ser" de autoria da Anna Torres. O Vinícius Porto, de 12 anos, foi o intérprete da música enquanto Victor Oliveira, de 21 anos, tocou o piano.

Homenagem

Antes do fim do espetáculo, o governador Carlos Brandão foi convidado a subir ao palco para acompanhar Anna Torres no encerramento da apresentação. Na ocasião, foi feita uma homenagem ao governador e à cantora maranhense pelo reconhecimento e valorização das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

"A Anna Torres nos alegra e enche o nosso coração de orgulho. A minha neta, Pérola, é sua fã desde muito pequena. Muito obrigada, obrigada mesmo e de todo coração! Também quero agradecer ao nosso governador, graças a ele foi criada a Casa TEA 12+, que vai alcançar a Pérola e outras crianças que são autistas e que apesar da idade terão acompanhamento", destacou Larissa Rocha, ao lado da neta Pérola, de 12 anos.

CURSO DE AUDIOVISUAL

"Minuto Escola" abre inscrições para temporada 2023

Estímulos, recursos, aplicativos. A nova geração de 'alunos conectados' tem revolucionado o ensino e a rotina dos professores. Acostumados a consumir conteúdos de novas mídias, muitas vezes mais dinâmicos, um dos grandes desafios em sala de aula é cativar a atenção de cérebros rápidos, inquietos e sedentos por informações.

É nesse contexto que o Minuto Escola anuncia a abertura das inscrições para a temporada 2023 do seu curso online de audiovisual. São mais de 10 mil vagas destinadas a educadores de SP, TO, RS, MT, MG, GO, BA, MA, AM, PE e PR. A primeira turma começa em 8 de maio.

O objetivo do curso do Minuto Escola é difundir o uso da linguagem audiovisual em sala de aula por meio da formação de professores, explorando as potencialidades do recurso como uma ferramenta pedagógica alternativa à linguagem oral para que ela possa estar tão presente nas escolas como a tesoura, a cola, a caneta, o giz.

De acordo com uma pesquisa interna do curso, respondida por cerca de 300 professores que concluíram o Minuto Escola em 2022, 92,8% dos professores se sentem capazes de compartilhar os conhecimentos aprendidos no curso com seus alunos e 80% deles pretendem realizar atividades relacionadas ao Festival do Minuto em suas escolas, sendo que 57,5% destes tem por objetivo a produção de vídeo-minutos com os seus estudantes e 18,5% desejam promover Festivais de vídeo nas escolas.

A novidade dessa edição fica por conta da reformulação e atualização do curso, ministradas por um grupo composto por 5 professores de diferentes regiões do Brasil. Dividido em 7 temporadas temáticas, as aulas foram adaptadas ao cotidiano escolar dos educadores da rede pública, compreendendo o conjunto de desafios que a pandemia de Covid-19 impôs à educação brasileira.

O acervo do Minuto Escola e do Festival do Minuto são usados para pautar a discussão no decorrer do curso. "O acervo do Minuto é polifônico nos seus diversos sotaques, sejam brasileiros ou estrangeiros. Além de uma incrível diversidade de suas narrativas, já que é um festival de amadores e profissionais, de professores e alunos. Com a desenvolvimento do projeto, essa massa de vídeos produzidos pula os muros da escola e invade a psique da cidade", conta Marcelo Masagão, coordenador do Minuto Escola, que já formou mais de 3.600 professores desde 2017.

Luz, câmera do celular e ação

Capacitar o professor para usar o audiovisual em sala de aula é um processo de reintegração com os alunos e de descobertas de novas formas para a construção de conhecimento de disciplinas.



Segundo Masagão, o recurso audiovisual é sempre muito bem aceito no ambiente escolar pela dinâmica e poder de reorganização do mapa afetivo em sala de aula. "Há uma certa inversão de poder já que os alunos entendem mais de botões do que os professores. As panelinhas e os egos se redesenham, uma vez que a produção do vídeo exige vários tipos de inteligência: o tímido poderá desenhar o cenário, o meticuloso será o câmera, o expansivo o ator e o bagunceiro o diretor", conclui Masagão.

O projeto não visa a formação de cineastas, mas leitores de imagens, que assim passam a entender um pouco da lógica do audiovisual. O Minuto Escola 2023 tem patrocinadores da Bayer, Itaú e Rede, através de recursos da Lei Rouanet. A realização é do Ministério da Cultura.

São Luís, quinta-feira, 20 de abril de 2023

SÉRIE D

Jogo do MAC sem data definida

A meta é conquistar o acesso à Série C com o grupo que conquistou o Estadual e mais a entrada de dois a três jogadores em posições que forem consideradas carentes

NERES PINTO

Treinando enquanto aguarda a estreia na Série D do Campeonato Brasileiro deste ano, o Maranhão Atlético Clube (MAC) não tinha até ontem à tarde, oficialmente, a data de estreia na competição oficial da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), apesar das especulações de que o jogo contra o Atlético-CE estaria marcado para o dia 6 de maio, no Estádio Nhozinho Santos. “Até o momento, oficialmente, a CBF ainda não publicou a tabela detalhada com todas as datas dos jogos da Série D. Pode até ser que isto aconteça nas próximas horas”, disse a **O Imparcial** o diretor de futebol Evandro Marques, que na última terça-feira foi a uma unidade de saúde levar o volante Julinho, um dos recém-contratados.

O jogador apresentou sintomas de uma virose e após ser medicado entrou em regime de repouso.

Fim das contratações

O MAC também encerrou as contratações. Além dos atletas que disputaram o Estadual, mais seis assinaram contrato. Por enquanto, o goleiro Moisés terá como reserva Vidão, de 23 anos, que segundo Evandro, tem boas qualidades técnicas e já vestiu a camisa do Cordino. O atleta tem como empresário o conhecido Valmir, do Americano, clube que já revelou vários jogadores, muitos dos quais atuam fora do estado. É possível, no entanto, que mais um goleiro seja contratado, dependendo das fases em que o MAC for avançando. Por enquanto, também não há nenhuma cogitação da vinda de mais um jogador para o ataque (camisa 9), devendo a posição ser disputada por Gileard, Daniel Passira e o jovem Rafael, autor do gol de empate diante do Moto, que levou time às disputas das penalidades e o título.

Meta para 2023

A meta é conquistar o acesso à Série

C (terceira divisão) do Campeonato Brasileiro com o grupo que conquistou o Estadual e mais a entrada de dois a três jogadores em posições que forem consideradas carentes pelo treinador maqueano. Quase todos os jogadores já haviam se apresentado ao técnico Zé Augusto para os treinamentos, exceto o atacante Daniel Passira que estava sendo esperado na última terça-feira, dia 18 de abril, mas até a manhã de ontem ainda não tinha chegado. O grupo até já realizou um jogo-treino contra o sub-20 do IAPPE, a quem goleou por 6 a 0, no Parque Valério Monteiro.

No primeiro jogo-treino, a comissão técnica utilizou três formações diferentes, mas diante da fraca resistência do adversário, chegou-se à conclusão de que o duelo não serviu como base para uma avaliação sobre o rendimento técnico a ser exigido por Zé Augusto. Mais um jogo-treino deverá ser realizado, mas é provável que aconteça diante do Sub-20 do próprio Maranhão.

SÉRIE B

Sampaio Corrêa já está em Ribeirão Preto



A delegação do Sampaio Corrêa deixou São Luís na manhã de ontem, com destino a Ribeirão Preto. O jogo contra o Botafogo-SP, pela segunda rodada da Série B do Campeonato Brasileiro está marcado para amanhã (21), às 19h, no Estádio Santa Cruz. O grupo é composto de 20 atletas, mas a lista dos que viajaram não foi divulgada para a imprensa. A única certeza é a ausência do atacante Pimentinha, ainda se recuperando de uma lesão.

A formação inicial também ainda é um mistério. O técnico Evaristo Piza deverá fazer algumas mudanças, sendo a mais provável a escalação de três zagueiros, colocando em prática um

esquema tático 3-4-3. Caso a ideia se confirme, um jogador do meio de campo será sacado.

O treinador, no entanto, não deixou qualquer pista sobre quem deverá sair, nem os que vão começar jogando. Podem haver mudanças, também, no setor de ataque, mas pelo menos Vitinho, que atuou na vaga de Pimentinha contra o Atlético-GO, tem vaga garantida.

A formação inicial só será confirmada após o treinamento desta quinta-feira.

Evaristo já tem todas as informações sobre a forma como o Botafogo-SP se comportou em campo no jogo

de estreia diante do Juventude, em Caxias do Sul, quando venceu por 2 a 1. Uma das características do time paulista é o chute forte, de fora da área. Jogando em casa é um time difícil de ser batido.

Marcinho

Com a chegada do meia Marcinho, Evaristo vai ter uma “boa dor de cabeça”. A boa atuação de Neto Paraíba no jogo de estreia, mostrou que não vai ser fácil tirá-lo do time titular. Além de um gol, ele fez duas assistências que contribuíram muito para o empate. (N.P)

KITESURF

De olho em vaga olímpica, Socorro Reis competirá na França

A kitesurfista maranhense Socorro Reis, que é patrocinada pela Fribal e pelo governo do Estado por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, além de contar com os patrocínios do Grupo Audiolar, da Revista Kitley e do programa Bolsa Pódio, está preparada para mais uma importante competição na temporada. Em fase de ajustes para a disputa da tão sonhada vaga nos Jogos Olímpicos, Socorro vai participar da Semana Olímpica Francesa, que será realizada entre os dias 22 e 29 de abril, em Hyères, na França, e contará com os principais atletas da modalidade no mundo.

Por causa do alto nível da Semana Olímpica Francesa, Socorro Reis encara o evento como um importante teste para os seus maiores desafios em 2023: o Campeonato Mundial de Vela, marcado para agosto, na Holanda, e os Jogos Pan-Americanos, que serão disputados entre outubro e novembro, em Santiago, no Chile. As duas competições valem vaga para os Jogos Olímpicos de 2024, em Paris, na França.



Principal nome do kitesurf feminino do Brasil, Socorro Reis conquistou grandes resultados nas primeiras competições que participou em 2023. Em fevereiro, a maranhense garantiu o segundo lugar das Américas e a nona posição na classificação geral do Clearwater US Open, que ocorreu em Clearwater, nos Estados Unidos. Pouco depois, em março, Socorro brilhou no Campeonato Pan-Americano de Fórmula Kite, em Cabarete, na República Dominicana, onde conquistou o vice-campeonato continental e ficou na terceira colocação na classificação geral. “Esse ano é muito decisivo, com os maiores desafios da minha carreira, que são os eventos classificatórios para os Jogos Olímpicos. A vaga olímpica é meu grande objetivo, estou me preparando, me ajustando e evoluindo para estar presente nesse evento que é o sonho de todo atleta. Estou correndo contra o tempo para manter os ajustes em dia, e a Semana Olímpica Francesa é muito importante para isso, já que é uma competição com os principais atletas do mundo. A cada campeonato que participo, volto para casa com ajustes que serão colocados em prática no evento seguinte. Estou bem feliz pela oportunidade de representar o Maranhão e o Brasil mundo afora, e busco sempre dar o meu melhor em busca de grandes resultados”, afirmou.

Últimas conquistas

Em novembro de 2022, Socorro Reis faturou pela primeira vez o título da categoria feminina do Campeonato Pan-Americano de Fórmula Kite, em São Luís, e também garantiu o hexacampeonato brasileiro de Fórmula Kite. Já em outubro, a maranhense foi campeã da Copa Brasil de Vela, que ocorreu em Ilhabela-SP e foi válida como 2ª etapa do Brasileiro de Fórmula Kite.

Também na temporada de 2022, Socorro Reis foi a quarta melhor kitesurfista das Américas e 15ª colocada da Flotilha Silver do Mundial de Fórmula Kite, em Cagliari, na Itália, conquistou a Copa Brasil de Vela de Praia, que ocorreu em agosto, na cidade de Fortaleza, e representou o Maranhão no Circuito Europeu de Fórmula Kite, no início de outubro, em Lepanto, na Grécia.

Além disso, Socorro Reis também garantiu a segunda posição no Campeonato Asiático, realizado em março, na Tailândia, esteve na disputa da Semana Olímpica Francesa, em abril, e ficou no Top 20 da Copa do Mundo de Vela, ocorrido em junho, na Holanda. Já em 2021, Socorro foi pentacampeã brasileira, vice-campeã pan-americana e terceira colocada na categoria Master Feminina do Campeonato Mundial.

Mostra Sesc de Cinema

As inscrições para uma das principais iniciativas de incentivo ao cinema independente no Brasil, a Mostra Sesc de Cinema – MSDC, entram na reta final. Produtores de audiovisual têm até quinta-feira (20) para enviar suas obras nas categorias de curta, média e longa-metragem. Podem participar do concurso produções finalizadas a partir de 1º de janeiro de 2021, que não tenham sido exibidas em circuito comercial.



Fazendas conectadas

BrasilAgro, especializada na compra e venda de propriedades rurais e na produção de alimentos, fibras e bioenergia, acaba de anunciar a TIM Brasil como fornecedora de conectividade para duas fazendas no Maranhão. No total, mais de 45 mil hectares terão cobertura 4G, a partir de São Raimundo das Mangabeiras, cidade no sul do Estado. A infraestrutura provida pela TIM será alimentada via sistema fotovoltaico.

Aconteceu nesta segunda-feira (17), o I Ciclo de Diálogos "Povos Indígenas: Educação, Saúde e Direito" promovido pelo CEST – Faculdade Santa Terezinha em seu auditório. A realização foi uma ação conjunta dos cursos de Direito, Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição. Segundo a diretora geral da Faculdade Cest, Profa. Maria de Nazareth Mendes esse evento foi de grande importância para os alunos e docentes dos cursos envolvidos e demais participantes, pois agregou uma nova perspectiva sobre educação, saúde e direito dentro e fora dos territórios indígenas; por meio de uma visão decolonial, específica, inclusiva e diferenciada sobre a vida dos povos originários.



Pra curtir

- Na 1ª edição do projeto Concertos Sesc Partituras em 2023, a atração principal é o músico e compositor Endro Fádell, pioneiro na execução do violão de 10 cordas (decaorde).
- O concerto está agendado para o dia 27 deste mês, às 19h, no Teatro do Palacete Gentil Braga (DAC/UFMA), localizado à Rua do Passeio, Centro.
- O evento é gratuito e aberto ao público. Os ingressos podem ser retirados 1h antes no local.
- A kitesurfista maranhense Socorro Reis, que é patrocinada pela Fribal e pelo governo do Estado por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, está preparada para mais uma importante competição na temporada.
- Em fase de ajustes para a disputa da tão sonhada vaga nos Jogos Olímpicos, Socorro vai participar da Semana Olímpica Francesa.
- A Semana será realizada entre os dias 22 e 29 de abril, em Hyères, na França, e contará com os principais atletas da modalidade no mundo.



As sequelas da meningite podem incapacitar o ser humano de diversas formas. De acordo com o infectologista da Natus Lumine – Maternidade e Hospital, Dr. Fabrício Pessoa: "a meningite pode causar perda auditiva, dificuldades de aprendizado, problemas neurológicos e, em casos mais graves, amputações de membros devido a complicações com infecções". Portanto, previnam-se.



"Abril Verde" é uma forma de promover a conscientização sobre a importância da segurança e da saúde do trabalhador brasileiro. Aliás, o dia 28 é dedicado à memória das vítimas de acidentes e de doenças do trabalho. No Maranhão, a especialista em saúde corporativa Daniella Andrade, que comanda a Andrade LTDA, especializada em saúde ocupacional e consultoria, está engajada em diversas ações.

Logística reversa

O Conselho Temático de Meio Ambiente da FIEMA reuniu nesta segunda-feira (17/04) representantes das Secretarias de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), empresas que atuam na área de reciclagem e demais interessados para discutir o Decreto nº 38.140/2023, de 6 de março de 2023.

A legislação estadual traz obrigações e regras da estruturação dos sistemas de logística reversa. O decreto atinge todo fabricante detentor de marca própria e importador que venda produtos em embalagem.

Literatura Infantil

Um dos momentos mais esperados pela criança, o projeto "Lendo a Literatura Infantil", está acontecendo até esta quinta-feira (20), na Biblioteca Pública Benedito Leite, em celebração ao Dia Internacional do Livro Infantil e ao Dia Nacional do Livro Infantil, aniversários de Hans Christian Andersen e Monteiro Lobato, respectivamente. Dentre as várias ações que serão realizadas estão: Histórias cantadas, conversa com o escritor, passeio na Biblioteca, cineminha, exposição bibliográfica, roda de leitura, contação de histórias e muito mais.

Festival Guarnicê

Entre os dias 13 e 15 de junho, dentro da programação do 46º Festival Guarnicê de Cinema, ocorrerá o III Seminário Ciência Cine Guarnicê. As inscrições, para quem quer apresentar os resultados de suas pesquisas, começaram dia 5 de abril e vão até o dia 7 de maio, e devem ser feitas exclusivamente pelo e-mail guarniceciencia@ufma.br. O tema central deste ano será "O audiovisual como arte, indústria e entretenimento", em formato híbrido. A coordenação será do professor Marcus Tulio Borowski Lavarda, do curso de Jornalismo de Imperatriz.

**FIQUE A PAR DE TUDO,
LEIA O IMPARCIAL.**

O melhor e mais diversificado conteúdo de notícias do Estado



ASSINATURA: (98) 99144-5645

COMERCIAL: (98) 99116-1624

oimparcial.com.br

Demonstrações contábeis resumidas. As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas, conforme parecer de orientação da CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021, e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório do auditor independente, estão disponíveis eletronicamente em: <https://www3.b3.com.br/pt-br/> e <https://www.gov.br/cvm/pt-br/>; <https://www.omparc.com.br/>; o referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 29 de março de 2023, sem modificações na opinião e contendo parágrafo de ênfase sobre a expectativa de recebimento de outros créditos a receber "créditos especiais - Funac", pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

nos endereços: <https://www.omparc.com.br/pt-br/divulgacao-e-resultados/central-de-resultados/>; <https://www.gov.br/cvm/pt-br/>; <https://www3.b3.com.br/pt-br/> e <https://www.omparc.com.br/>; o referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 29 de março de 2023, sem modificações na opinião e contendo parágrafo de ênfase sobre a expectativa de recebimento de outros créditos a receber "créditos especiais - Funac", pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.

EXERCÍCIOS FININDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	460.753	541.415	3.166.362	2.996.589					
Aplicações financeiras	26.578	2.306.880	4.714.434	3.734.627					
Contas a receber de clientes	-	-	7.689.205	5.476.221					
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	394.179	698.729					
Impostos e contribuições a recuperar	35	35	1.426.692	1.215.975					
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	53.313	18.776	612.529	305.935					
Dividendos a receber	362.410	604.025	-	-					
Ativo de contrato	-	-	1.437.976	1.636.396					
Outros ativos circulantes	370.282	12.412	2.247.922	2.221.620					
Total do ativo circulante	1.293.317	3.483.543	21.689.299	21.689.299					
Não circulante									
Aplicações financeiras	-	-	538.139	116.363					
Contas a receber de clientes	-	-	1.048.922	1.221.995					
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	61.921	69,726					
Impostos e contribuições a recuperar	20	20	3.491.238	972,804					
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	22.801	24,180	115,858	117,237					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	2.277,811	939,618					
Investimentos	20.353,467	12,018,253	27,047	170,594					
Ativo financeiro da concessão	-	-	10,304,604	7,514,655					
Imobilizado	3,230	2,908	4,984,105	229,709					
Intangível	6,284	3,401	29,245,320	15,836,076					
Ativo de contrato	-	-	14,872,245	10,798,381					
Outros ativos não circulantes	707,174	542,999	2,230,888	1,410,243					
Total do ativo não circulante	21,092,976	12,591,741	68,928,096	60,424,271					
Total do ativo	22,386,347	16,075,284	90,617,397	82,114,300					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FININDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	-	-	271,32,507	24,240,886
Custos de energia elétrica, construção e operação	-	-	(18,565,736)	(17,345,410)
Lucro bruto	-	-	8,566,771	6,895,476
Despesas com vendas	-	-	(789,078)	(697,431)
Despesas gerais e administrativas	(71,687)	(68,544)	(1,598,146)	(1,199,595)
(Perdas) reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(264,995)	39,320
Resultado da equivalência patrimonial	1,797,778	3,558,641	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	(34,714)	(5,922)	(637,339)	(20,854)
Total de receitas (despesas) operacionais	1,691,380	3,484,265	(3,289,558)	(1,907,984)
Lucro líquido do exercício	1,691,380	3,484,265	5,272,113	4,987,492
Imposto de renda e contribuição social	(258,951)	350,727	(2,844,746)	(818,058)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1,432,429	3,834,992	2,427,367	4,169,434
Impostos sobre o lucro	(58,491)	(140,465)	(770,734)	133,075
Lucro líquido do exercício	1,373,938	3,694,527	1,656,633	4,302,509
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1,373,938	3,694,527	1,373,938	3,694,527
Impostos sobre o lucro	(147,541)	(374,000)	(548,065)	(607,982)
Lucro líquido do exercício	1,249,397	3,320,527	825,873	3,086,545
Lucro por ação básico - R\$	1,242,3	3,751	1,242,3	3,751
Lucro por ação diluído - R\$	1,242,3	3,751	1,242,3	3,751
Quantidade de ações em circulação no final do exercício (em milhares de ações)	112,835	101,540	112,835	101,540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRRANGENTE EXERCÍCIOS FININDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

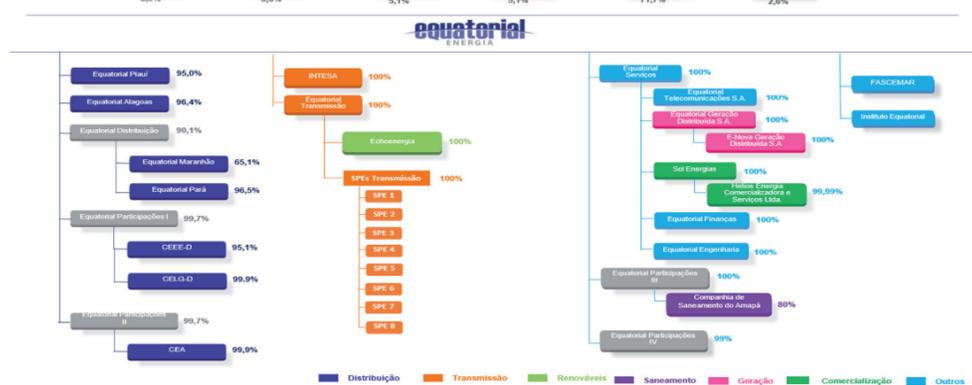
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1,373,938	3,694,527	1,656,633	4,302,509
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado	(92,670)	(33,892)	(100,147)	(40,466)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado	192,279	79,626	201,590	83,623
Total dos resultados abrangentes	1,473,547	3,740,261	1,557,076	4,345,066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial" ou "Controladora" ou, conjuntamente com suas Controladas, referidas como "Grupo"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição, transmissão de energia elétrica e saneamento. A Companhia possui ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3) sob o ticker "EQT3.L", e, desde 2008, participa do Novo Mercado.

1.1. Estrutura societária (simplificada)



2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma consistente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (PCPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as práticas contábeis internacionais. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho da Administração da Companhia em 29 de março de 2023. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo no momento do resultado e outros resultados abrangentes, quando aplicável. **2.3 Moeda funcional e apresentação em transações em moeda estrangeira:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras na data do balanço patrimonial são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um hedge de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. **3. Principais políticas contábeis: 3.1 Base de consolidação: 3.1.1 Combinações de negócios:** Combinações de negócios são reconhecidas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida pela aquisição de uma subsidiária compreende os seguintes componentes: (i) o valor justo dos ativos transferidos; (ii) os passivos assumidos do negócio adquirido; (iii) o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de uma contraprestação contingente, quando aplicável; e (iv) o valor justo de qualquer participação acionária pré-existente na subsidiária, quando aplicável. A Companhia reconhece a participação de não controlador em uma subsidiária adquirida pela participação proporcional da participação dos acionistas não controladores nos ativos líquidos identificáveis a valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remunerada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações são remuneradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Qualquer ajuste que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução de valor recuperável. Danos em uma compra de combinação de negócios são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. **Estimativas e julgamentos críticos:** No processo de mensuração da combinação de negócios, a Administração da Companhia aplica estimativas e julgamentos críticos nos seguintes elementos (ativos adquiridos e passivos assumidos) identificados na aquisição. Aplicação dessas premissas e técnicas de avaliação envolve julgamento por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e as características individuais dos elementos que estão sendo avaliados. Como resultado, o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos mensurados inicialmente na combinação de negócios podem sofrer variações sig-

nificativas entre os resultados projetados pela Companhia e os resultados reais alcançados, estas variações podem ocorrer em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais, além do nível de crescimento e da taxa de desconto. **3.1.1.1 Echoenergia Participações S.A.:** Em 28 de outubro de 2021, foi assinado o contrato de compra e venda de ações entre a Companhia, na qualidade de compradora, e a Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, na qualidade de vendedor, nos termos do qual as partes acordaram a aquisição, pela controlada Equatorial Transmissão de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia Participações S.A. ("Echoenergia"). A conclusão da Operação está sujeita a determinadas condições precedentes usuais, incluindo, entre outras, (a) aprovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica; (b) anulação de credores em relação à troca de controle direto e/ou indireto da Echoenergia e suas subsidiárias, no âmbito dos contratos de financiamento e instrumentos de garantia celebrados pela Sociedade e suas controladas; e (c) aprovação em assembleia geral da Companhia nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações. Em 29 de novembro de 2021 transiuiu em julgado a aprovação da operação de compra e venda pela CADE. Em 03 de março de 2022, foi concluído o processo de compra e venda da Echoenergia e a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia, tornou-se titular de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia. Da data de aquisição, desde a data da aquisição, a Echoenergia contribui com receita líquida de R\$ 839.557 e prejuízo de R\$ 16.568 às informações consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, ou seja, em 01 de janeiro de 2022, a Echoenergia teria contribuído com R\$ 979.306 de receita líquida e R\$ 17.146 de prejuízo do exercício. **3.1.1.2 Contraprestação transferida:** Conforme mencionado acima, no dia 03 de março de 2022, foi concluída a operação e a Equatorial Transmissão S.A. adquiriu 100% do capital social total e votante da controlada, em contrapartida ao pagamento à vista, via transferência bancária, no valor de R\$ 700.993, ao Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. (b) Custos de aquisição: Os custos relacionados à aquisição, no valor de R\$ 13.776 foram contabilizados como despesas gerais e administrativas. (c) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos: A alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição da Echoenergia é apresentada a seguir.

Aquisição de controle

Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	385.325
Aplicações financeiras (ativo não circulante)	404.457
Contas a receber de clientes	193.367
Amortizado	8.858
Impostos e contribuições a recuperar	165.909
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	21.172
Adiantamento a fornecedores	18.878
Despesas pagas antecipadamente	5.490.592
Outros ativos	239.338
Imobilizado	5.052.986
Intangível	165.909
Direito de uso	82.924
Passivos	
Fornecedores	(45.245)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(13.260)
Empréstimos e financiamentos	(2.836.214)
Debitivos	(1.242.452)
Impostos e contribuições a receber	(16.566)
Impostos e contribuições sobre o lucro a receber	(222.008)
Provisão de ressarcimento	(165.909)
Outros passivos	(280.618)
Total dos ativos identificáveis, líquido	7.008.993
Ativos líquidos adquiridos (100,00%)	(7.008.993)
(-) Contraprestação paga	-
Ago	-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FININDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social		Adiantamentos		Ações em tesouraria		Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajuste de valor patrimonial acumulados		Lucros acumulados		Patrimônio líquido controladora		Participação dos controladores		Patrimônio líquido consolidado		
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.389.736	1.165.551	-	-	(31.734)	-	118.307	1.188.390	1.165.000	(252.843)	-	10.462.390	1.816.097	10.000	12.278.487	1.816.097	10.000	14.094.584	1.816.097	10.000	15.910.681
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mudança na participação relativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de investimento - Transações entre acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda por recebimento desproporcional de dividendos - Transações entre acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro																					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de investimento e expansão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.655.235	1.																			

Equatorial
ENERGIA

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 32.695.147/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da EQUATORIAL DISTRIBUIÇÃO S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, as relacionadas ao programa "Luz para Todos" (PLPT), o Balanço Social, Combate à Perdas, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes. **01. Perfil da companhia Visão geral:** A EQUATORIAL DISTRIBUIÇÃO S.A. é uma holding com atuação no setor elétrico, no segmento de Distribuição de energia, a Equatorial Distribuição controla as concessionárias dos Estados do Maranhão e Pará. **02. Destaques de 2022:** Em 2022, o EBITDA somou R\$3,579 bilhões, crescimento de 2,9% em relação ao valor apresentado em 2021. O volume total de energia (mercado cativo e livre) faturada Consolidado teve alta de 4,10% em relação ao exercício de 2021. **Perdas totais recuaram nas duas distribuidoras em comparação a 2021**, no estado do Pará (27,5%, -1,4 p.p.) e Maranhão (17,6%, -0,9 p.p.). Em 2022, os investimentos consolidados da Equatorial Distribuição totalizaram R\$ 2,789 bilhões, crescimento de 65% comparada a 2021, liderado pelo maior volume de investimentos executado no Pará, devido maior capacidade de mobilização das equipes. **Qualidade da Operação - Redução do DEC nas duas empresas com Maranhão reduzindo -4,5h e Pará reduzindo -3,4h. Qualidade da Operação - Redução no FEC nas duas empresas com Maranhão reduzindo -2,6 vezes e Maranhão reduzindo -1,1 vezes.** **03. Mensagem do Presidente:** O exercício de 2022 foi um ano de consolidação e crescimento com geração de valor para o Grupo Equatorial Energia. Neste período, a Companhia seguiu progredindo em sua estratégia a passos largos. Em 2022, entramos no segmento de energia renovável, com a conclusão da aquisição da Echoenergia, desinvestimos da Geramar, saindo de vez do segmento de geração termelétrica a óleo diesel, avançamos nos processos de turnaround e na melhoria de qualidade das distribuidoras do Grupo, iniciamos a operação assistida da Companhia de Saneamento do Arnapá e fechamos o ano com a conclusão da aquisição da CELG, adicionado mais de 3 milhões de clientes ao nosso portfólio de ativos de distribuição e energia. Avançamos na consolidação do setor de distribuição de energia, concluímos a entrada em operação do nosso portfólio de transmissão, e abrimos novas frentes em setores de atuação com grande potencial de investimentos e positivo impacto em ESG. **04. Gestão dos negócios.** **4.1 Combate às perdas:** Maranhão: Em 2022, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Maranhão alcançou o patamar de 8.920 GWh, um aumento de 3,55% em relação a 2021, e o faturamento atingiu 7.350 GWh, o que representou um aumento de 4,77% também em relação a 2021. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2022 totalizaram 1.570 GWh, equivalente a 17,6% da energia requerida, implicando em redução de 0,95 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2021, redução essa significativa já aproximando o nível de perdas da empresa do patamar regulatório.

O ano de 2022 para a Equatorial Pará representou a consolidação na melhoria dos processos de combate a perda de energia elétrica, movimento que já vinha sido observado desde ano anterior, sendo fundamental para a redução das perdas globais dentro da concessão. Com o uso de tecnologias avançadas é possível identificar com precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perda e agir prontamente para solucionar o problema. Com essas medidas, a distribuidora vem conseguindo diminuir suas perdas e melhorar a qualidade do serviço prestado aos consumidores. A seguir, apresentamos o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2022: **Regularização de 6,2 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;** • Inspeção de 3,9 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Instalação de SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 83,4 mil clientes de baixa tensão; • Recadastramento do parque de iluminação Pública de 22 municípios; • Inspeção de 277,1 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão; • Regularização de 172 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia; • Regularização de 6,6 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular; • Identificação e regularização de 141,1 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT; • Instalação de 1,027 mil medidores físicos em transformadores de distribuição. Hoje a Equatorial Pará possui 22,0 mil transformadores monitorados, que correspondem a 60% do mercado de baixa tensão. **4.2 Qualidade DEC/FEC:** Maranhão: A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). Os indicadores de qualidade apresentaram uma melhoria relevante no ano de 2022 com redução de 4,8h no DEC e 1,1x no FEC. Esses resultados foram obtidos através da ampliação dos investimentos na construção de Linhas de Transmissão, Subestações e novos alimentadores, instalação de novos equipamentos automatizados e sensores na rede e do aumento do contingente de equipes para realizar os atendimentos em campo.



Pará: A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC e FEC encerra o ano respectivamente em 18,7h e 9,3x. Desta forma mantivemos o resultado abaixo da meta regulatória da ANEEL.



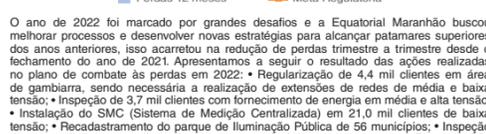
05. Assuntos Regulatórios: Reajuste Tarifário Anual 2022 - Equatorial Maranhão: A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Homologatória nº 3.102/2022 a ANEEL homologou o Reajuste Tarifário Anual da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Maranhão") com definição das tarifas para o período de 28 de agosto de 2022 a 27 de agosto de 2023, com um reajuste de 1,62%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores do Estado do Maranhão. **Reajuste Tarifário Anual 2022 - Equatorial Pará:** Em 02 de agosto de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.092/2022 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou as tarifas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Pará") sendo em média, reajustadas em 15,12%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 7 de agosto de 2022 a 6 de agosto de 2023. **06. Relatório de Ações Sociais: Equatorial Maranhão:** Energia é um serviço essencial para as pessoas, este fato é inegável, o diferencial está em como esse serviço é ofertado aos clientes. Além de primar pela qualidade deste produto, a Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia oferece informação, desenvolvimento e cidadania por meio de suas ações e projetos e com pessoas engajadas. Desde o leiturista até o presidente, todos temos um compromisso com o desenvolvimento do nosso Estado. Nossos colaboradores estão empenhados em identificar o que é importante para a comunidade/sociedade e trabalham para entregar mais do que energia elétrica de qualidade. Nossas ações refletem a estratégia de responsabilidade social empresarial da Equatorial Maranhão, levando em consideração ações de ESG e falar de ESG é falar de meio ambiente (Environmental), de social (Social) e de governança corporativa (Governance), é pensar em tudo o que fazemos hoje e assumir o compromisso de trabalhar pelo futuro que queremos para as próximas gerações. A Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu a Agenda 2030, um pacto global com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas pelo planeta e pela sociedade. Compromisso a ações que tragam mudanças radicais até o ano de 2030. O Grupo Equatorial é signatário do pacto desde 2022, priorizando os

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	Notas	2022	2021	2022		2021	Notas	2022	2021
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	349.727	452	673.916	Fornecedores	15	17	6	1.364.079
Aplicações financeiras	6	861	1.312	2.410.126	Fornecedores - Risco sacado	15,1	-	-	145.060
Contas a receber de clientes	7	-	-	2.848.172	Emprestimos e encargos sobre folha de pagamento	-	-	-	41.881
Aquisição de combustível - conta CCC	-	-	-	72.882	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	679.467
Serviços pedidos	-	-	-	320.931	Debituras	17	-	-	361.002
Depósitos judiciais	22	-	-	4.511	Impostos e contribuições a recolher	18	146	2	296.165
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	-	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-	640	-	145.729
Instrumentos financeiros derivativos	31,4	-	-	88.965	Dividendos a pagar	20	172.066	377.051	224.450
Almoxarifado	-	-	-	115.111	Devolução de capital social a liquidar	10	347.000	-	347.000
Impostos e contribuições a recuperar	9	-	-	190.078	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	194.413
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	95,4	100	200.086	165.481	Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	21	-	-	52.923
Dividendos a receber	10	341.257	319.827	-	Instrumentos financeiros derivativos	31,4	-	-	283
Outras contas a receber	-	-	-	473.336	Participação nos lucros	-	-	-	80.779
Total do ativo circulante		692.799	321.691	7.394.514	Encargos setoriais	-	-	-	193.872
Não circulante					Benefício pós-emprego	30	-	-	862
Aplicações financeiras	6	-	-	15.017	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	23	-	-	722.052
Contas a receber de clientes	7	-	-	321.558	Passivo de arrendamento	-	-	-	3.528
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	61.921	Provisões para riscos civis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	22	-	-	27.055
Depósitos judiciais	22	-	-	226.613	Outras contas a pagar	2	-	-	426.542
Serviços pedidos	-	-	-	18.970	Benefício pós-emprego	30	-	-	508.123
Instrumentos financeiros derivativos	31,4	-	-	107.017	Impostos e contribuições a recolher	18	-	-	96.110
Impostos e contribuições a recuperar	9	-	-	250.776	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-	640	-	145.729
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	95,4	100	200.086	165.481	Dividendos a pagar	20	172.066	377.051	224.450
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	-	-	85.120	Devolução de capital social a liquidar	10	347.000	-	347.000
Benefício pós-emprego	30	-	-	11.581	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	194.413
Outras contas a receber	-	-	-	23.980	Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	21	-	-	52.923
Investimentos	11	4.911.624	5.126.715	15.848	Instrumentos financeiros derivativos	31,4	-	-	283
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	8.527.432	Participação nos lucros	-	-	-	80.779
Intangível	13	-	-	3.159.376	Encargos setoriais	-	-	-	193.872
Ativo de contrato	14	-	-	1.454.816	Benefício pós-emprego	30	-	-	862
Direito de uso	-	-	-	15.432	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	23	-	-	722.052
Total do ativo não circulante		4.911.624	5.126.715	14.270.640	Passivo de arrendamento	-	-	-	3.528
Total do ativo		5.604.423	5.448.406	21.665.154	Outras contas a pagar	-	-	-	101.960

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.909.355	1.587.581	2.189.949	1.952.637
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado	-	-	-	-
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	(15.015)	(2.729)	(19.462)	(12.183)
Benefícios pós-emprego - resultados atuariais	(1.524)	(3.826)	(1.811)	(3.541)
Outros resultados abrangentes do período,	(16.539)	(11.105)	(21.273)	(15.724)
Total dos resultados abrangentes	1.892.816	1.576.476	2.168.676	1.936.913
Acionistas controladores	1.892.816	1.576.476	1.892.816	1.576.476
Acionistas não controladores	-	-	275.860	360.437
Total dos resultados abrangentes	1.892.816	1.576.476	2.168.676	1.936.913

O ano de 2022 foi marcado por grandes desafios e a Equatorial Maranhão buscou melhorar processos e desenvolver novas estratégias para alcançar patamares superiores dos anos anteriores, isso acarretou na redução de perdas trimestre a trimestre desde o fechamento do ano de 2021. Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2022: • Regularização de 4,4 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; • Inspeção de 3,7 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Instalação de SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 21,0 mil clientes de baixa tensão; • Recadastramento do parque de iluminação Pública de 56 municípios; • Inspeção de 233,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão; • Regularização de 14,3 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia; • Regularização de 5,4 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular; • Identificação e regularização de 76,1 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT; • Instalação de 240 medições físicas em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente. Hoje a Equatorial Maranhão possui 12,0 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondem a 57% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações. **Pará:** Em 2022, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Pará alcançou o patamar de 13.838 GWh, um aumento de 4% em relação a 2021, e o faturamento atingiu 10.032 GWh, o que representou um aumento de 6,14% na comparação com 2021. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2022, totalizaram 3.805 GWh, equivalente a 27,5% da energia requerida, implicando em redução de 1,49 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2021 e reduzindo para 0,5 p.p em relação a meta regulatória.



O ano de 2022 foi marcado por grandes desafios e a Equatorial Maranhão buscou melhorar processos e desenvolver novas estratégias para alcançar patamares superiores dos anos anteriores, isso acarretou na redução de perdas trimestre a trimestre desde o fechamento do ano de 2021. Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2022: • Regularização de 4,4 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; • Inspeção de 3,7 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Instalação de SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 21,0 mil clientes de baixa tensão; • Recadastramento do parque de iluminação Pública de 56 municípios; • Inspeção de 233,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão; • Regularização de 14,3 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia; • Regularização de 5,4 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular; • Identificação e regularização de 76,1 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT; • Instalação de 240 medições físicas em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente. Hoje a Equatorial Maranhão possui 12,0 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondem a 57% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações. **Pará:** Em 2022, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Pará alcançou o patamar de 13.838 GWh, um aumento de 4% em relação a 2021, e o faturamento atingiu 10.032 GWh, o que representou um aumento de 6,14% na comparação com 2021. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2022, totalizaram 3.805 GWh, equivalente a 27,5% da energia requerida, implicando em redução de 1,49 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2021 e reduzindo para 0,5 p.p em relação a meta regulatória.

O ano de 2022 foi marcado por grandes desafios e a Equatorial Maranhão buscou melhorar processos e desenvolver novas estratégias para alcançar patamares superiores dos anos anteriores, isso acarretou na redução de perdas trimestre a trimestre desde o fechamento do ano de 2021. Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2022: • Regularização de 4,4 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; • Inspeção de 3,7 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Instalação de SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 21,0 mil clientes de baixa tensão; • Recadastramento do parque de iluminação Pública de 56 municípios; • Inspeção de 233,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão; • Regularização de 14,3 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia; • Regularização de 5,4 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular; • Identificação e regularização de 76,1 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT; • Instalação de 240 medições físicas em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente. Hoje a Equatorial Maranhão possui 12,0 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondem a 57% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações. **Pará:** Em 2022, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Pará alcançou o patamar de 13.838 GWh, um aumento de 4% em relação a 2021, e o faturamento atingiu 10.032 GWh, o que representou um aumento de 6,14% na comparação com 2021. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2022, totalizaram 3.805 GWh, equivalente a 27,5% da energia requerida, implicando em redução de 1,49 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2021 e reduzindo para 0,5 p.p em relação a meta regulatória.

O ano de 2022 foi marcado por grandes desafios e a Equatorial Maranhão buscou melhorar processos e desenvolver novas estratégias para alcançar patamares superiores dos anos anteriores, isso acarretou na redução de perdas trimestre a trimestre desde o fechamento do ano de 2021. Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2022: • Regularização de 4,4 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; • Inspeção de 3,7 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Instalação de SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 21,0 mil clientes de baixa tensão; • Recadastramento do parque de iluminação Pública de 56 municípios; • Inspeção de 233,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão; • Regularização de 14,3 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia; • Regularização de 5,4 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular; • Identificação e regularização de 76,1 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT; • Instalação de 240 medições físicas em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente. Hoje a Equatorial Maranhão possui 12,0 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondem a 57% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações. **Pará:** Em 2022, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Pará alcançou o patamar de 13.838 GWh, um aumento de 4% em relação a 2021, e o faturamento atingiu 10.032 GWh, o que representou um aumento de 6,14% na comparação com 2021. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2022, totalizaram 3.805 GWh, equivalente a 27,5% da energia requerida, implicando em redução de 1,49 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2021 e reduzindo para 0,5 p.p em relação a meta regulatória.

O ano de 2022 foi marcado por grandes desafios e a Equatorial Maranhão buscou melhorar processos e desenvolver novas estratégias para alcançar patamares superiores dos anos anteriores, isso acarretou na redução de perdas trimestre a trimestre desde o fechamento do ano de 2021. Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2022: • Regularização de 4,4 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; • Inspeção de 3,7 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Instalação de SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 21,0 mil clientes de baixa tensão; • Recadastramento

IMPARCIAL ESPERANÇAS

São Luís, quinta-feira, 20 de abril de 2023

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ/MF nº 32.695.147/0001-30

continuação

como a realização da garantia (se houver alguma); • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os eventos de inadimplência no longo prazo da vida esperada do instrumento financeiro; ou • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito. **3.15.2 Ativos financeiros com problema de recuperação.** Em cada data de balanço, as controladas da Companhia avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando o valor devido às controladas da Companhia em função dos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido às controladas da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia não identificaram ativos financeiros com expectativa de realização, exceto para o que as controladas da Companhia já reconheceram estimativa de perda para os ativos, como títulos das contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **3.15.3 Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas efetivas.** As controladas distribuidoras da Companhia adotam a prática de estimativa de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que avalia o risco de crédito dos valores recebíveis após 5 (cinco) anos das faturas e parcelamentos, estabelecendo um percentual de estimativa das perdas esperadas de acordo com as faixas de atraso do aging list. A estimativa de perdas esperadas é demonstrada em uma matriz de provisão, a qual é resultado do estudo de comportamento e execução das faturas e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de maneira coletiva. Para os parcelamentos relevantes, as controladas distribuidoras da Companhia adotam uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. As controladas distribuidoras da Companhia entendem que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, as controladas distribuidoras da Companhia adotam uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, as controladas distribuidoras da Companhia adotam a prática de estimativa de perdas esperadas que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 10 anos baixados em sua integralidade. As controladas distribuidoras da Companhia não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de títulos em andamento de bandeira tal qual a Companhia e suas controladas distribuidoras da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **3.15.4 Ativos não financeiros.** As controladas da Companhia possuem uma Unidade Geradora de

Caixa (UGC), que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGAs. A avaliação de inadimplência no longo prazo da vida esperada do instrumento dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativo de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia e suas controladas concluíram que não há indicativos de perda ao valor recuperável (impairment) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **3.16 Ajuste a valor presente (AVP).** **3.16.1 Parcelamentos de contas a receber.** As controladas da Companhia utilizam uma taxa média de 12,45% de desconto que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação. O ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a valor presente. **3.16.2 Ativos ativos e passivos.** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são avaliados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.17 Provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios.** As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.18 Demonstração do valor adicionado (DVA).** A Companhia e suas controladas elaboraram a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **3.19 Principais mudanças nas políticas contábeis.** **3.19.1 Novas normas, alterações e interpretações.** O *International Accounting Standards Board (IASB)* e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e suas controladas e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
01/10/2021	01/01/2022	Sem impactos relevantes. Com as alterações do <i>Proves before Intended Use</i> , as receitas de teste foram registradas no resultado da Companhia, a partir da data de aplicação da norma, em função dos impactos dos demais itens, não são relevantes

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19	
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros	IFRS Standards 2018-2020; Property, Plant and Equipment; Proceeds before Intended Use; Onerous contracts – Costs of Fulfilling a contract; e Reference to the Conceptual Framework

3.19.2 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. A partir de 1º de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia e suas controladas:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50				
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).				
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20	IFRS 17	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade e empreendimento contábil em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros; apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros; emendação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9 definition of Accounting of Assets; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction			
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21		01/03/2022	01/01/2023	Sem impactos relevantes
Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros; apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros; emendação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.				

Alteração no IFRS 16

O IFRS 16 emite mudanças referentes aos contratos de arrendamentos em transações de *sale and leaseback*

4. Assuntos regulatórios: 4.1 Bandeiras tarifárias. Por meio da Resolução nº 3, de 31 de agosto de 2021, a CREG determinou a cobrança da "Bandeira Escassez Hídrica", no valor de R\$14,20 a cada 100 quilowatt-hora consumidos, para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção dos beneficiários da tarifa social. Com isso, ocorre um aumento da tarifa de bandeira a partir de setembro de 2021. A partir de 1º de julho de 2022, as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, serão as definidas no Anexo de Acionamento das Bandeiras Tarifárias, de acordo com a Resolução homologatória nº 3.051 de 21 de junho de 2022. Os valores a serem adicionados à tarifa de bandeira são atualizados mensalmente com base na vigência da bandeira tarifária amarela, 65,00 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 1 da bandeira tarifária vermelha e de 97,95 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha. O reconhecimento de receita ocorre mensalmente, na referida competência, conforme demonstrado nas notas do contas a receber e receita de venda de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores de compra e venda são atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as controladas da Companhia participaram dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Défis (MCS) de Energia Existente e Energia Nova, Mecanismo de Venda de Excedente (MVE), conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, para adequar seu perfil contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo as distribuidoras declararem déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (COEARS). Em 2022, as controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, tiveram um nível de cobertura contratual de 102,29% e 102,51% em 31 de dezembro de 2021 e 102,63% (105,62% em 31 de dezembro de 2021), respectivamente, permanecendo dentro do limite de repasse para as tarifas. **4.3 Revisão Tarifária Periódica Reajuste Tarifário Anual.** A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em Reunião de Diretoria pública, aprovou os seguintes Reajustes Tarifários Anuais e Revisões Tarifárias Periódicas para as controladas da Companhia em 2022.

Classificação	Aplicação	Resolução Homologatória	Efeito	2022			2021		
				Vencidas	Mais de 90 dias	Total	Vencidas	Mais de 90 dias	Total
Equatorial	Reajuste Tarifário Anual	23/08/2022	3.102/2022	1,62%					
Equatorial Pará	Reajuste Tarifário Anual	02/08/2022	3.092/2022	15,12%					
O decreto nº 9.642 de 27 de dezembro de 2018 determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural, Cooperativa de Eletricificação Rural, Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela CDE, que repassa às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores. 4.4 Encargos regulatórios. A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE) – Os percentuais mínimos a aplicar (P&D e PEE) e o recolhitor (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE), da tabela a seguir:									

Classificação	Aplicação	Resolução Homologatória	Efeito	2022			2021		
				Vencidas	Mais de 90 dias	Total	Vencidas	Mais de 90 dias	Total
Residencial	A vencer	268.032	373.240	1.340.520	1.981.712	288.525	408.660	1.222.707	1.919.892
Industrial	A vencer	70.216	9.750	101.251	181.297	84.178	12.280	112.920	209.378
Comercial	A vencer	149.701	40.462	216.103	406.266	177.123	53.649	227.269	458.041
Rural	A vencer	28.813	35.763	188.410	252.986	30.658	38.120	152.852	221.630
Poder público	A vencer	80.709	29.467	42.494	156.670	78.447	18.577	37.643	134.667
Iluminação pública	A vencer	12.216	2.049	9.951	14.402	3.461	12.689	31.771	37.223
Serviço público	A vencer	35.184	14.402	22.920	72.506	39.486	18.419	18.818	76.723
Contas a receber de consumidores faturados	A vencer	644.870	505.133	1.921.649	3.071.652	714.338	553.166	1.784.898	3.052.102
Residencial	A vencer	514.119	50.771	626.348	1.191.238	623.572	56.122	561.889	1.241.583
Industrial	A vencer	12.236	1.411	39.378	53.019	20.116	1.552	41.858	63.526
Comercial	A vencer	45.366	6.523	88.485	140.372	74.062	5.423	85.902	165.387
Rural	A vencer	25.140	3.189	40.795	69.124	29.401	3.764	35.328	68.493
Poder público	A vencer	96.428	1.699	5.900	104.027	106.467	1.155	5.572	113.194
Iluminação pública	A vencer	24.152	227	1.147	25.526	28.410	723	1.130	30.263
Serviço público	A vencer	3.047	3.181	3.695	49.523	88.925	1.191	93.256	119.111
Parcelamentos (a)	A vencer	670.952	670.952	1.633.229	970.952	69.930	735.086	1.775.524	1.837.513
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	A vencer	355.430	–	–	–	–	–	–	–
Baixa renda (c)	A vencer	120.960	–	–	–	–	–	–	–
Outras	A vencer	2.932	–	–	–	–	–	–	–
Total	A vencer	2.633.184	2.727.399	5.463.003	2.397.153	623.096	2.519.96	5.540.236	6.250.236
(c) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	A vencer	(2.024.429)	(95.013)	(1.915.813)	(2.293.273)	(352.786)	(100.276)	(1.871.565)	(2.324.627)
Total contas a receber clientes	A vencer	1.881.405	477.121	811.564	1.639.730	2.044.367	522.820	648.422	3.215.609
Circulante	A vencer	–	–	–	–	–	–	–	–
Não circulante (d)	A vencer	–	–	–	–	–	–	–	–

7. Contas a receber de clientes (Consolidado): 7.1 Composição dos saldos

Classificação	Aplicação	Resolução Homologatória	Efeito	2022			2021		
				Vencidas	Mais de 90 dias	Total	Vencidas	Mais de 90 dias	Total
Residencial	A vencer	268.032	373.240	1.340.520	1.981.712	288.525	408.660	1.222.707	1.919.892
Industrial	A vencer	70.216	9.750	101.251	181.297	84.178	12.280	112.920	209.378
Comercial	A vencer	149.701	40.462	216.103	406.266	177.123	53.649	227.269	458.041
Rural	A vencer	28.813	35.763	188.410	252.986	30.658	38.120	152.852	221.630
Poder público	A vencer	80.709	29.467	42.494	156.670	78.447	18.577	37.643	134.667
Iluminação pública	A vencer	12.216	2.049	9.951	14.402	3.461	12.689	31.771	37.223
Serviço público	A vencer	35.184	14.402	22.920	72.506	39.486	18.419	18.818	76.723
Contas a receber de consumidores faturados	A vencer	644.870	505.133	1.921.649	3.071.652	714.338	553.166	1.784.898	3.052.102
Residencial	A vencer	514.119	50.771	626.348	1.191.238	623.572	56.122	561.889	1.241.583
Industrial	A vencer	12.236	1.411	39.378	53.019	20.116	1.552	41.858	63.526
Comercial	A vencer	45.366	6.523	88.485	140.372	74.062	5.423	85.902	165.387
Rural	A vencer	25.140	3.189	40.795	69.124	29.401	3.764	35.328	68.493
Poder público	A vencer	96.428	1.699	5.900	104.027	106.467	1.155	5.572	113.194
Iluminação pública	A vencer	24.152	227	1.147	25.526	28.410	723	1.130	30.263
Serviço público	A vencer	3.047	3.181	3.695	49.523	88.925	1.191	93.256	119.111
Parcelamentos (a)	A vencer	670.952	670.952	1.633.229	970.952	69.930	735.086	1.775.524	1.837.513
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	A vencer	355.430	–	–	–	–	–	–	–
Baixa renda (c)	A vencer	120.960	–	–	–	–	–	–	–
Outras	A vencer	2.932	–	–	–	–	–	–	–
Total	A vencer	2.633.184	2.727.399	5.463.003	2.397.153	623.096	2.519.96	5.540.236	6.250.236
(c) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	A vencer	(2.024.429)	(95.013)	(1.915.813)	(2.293.273)	(352.786)	(100.276)	(1.871.565)	(2.324.627)
Total contas a receber clientes	A vencer	1.881.405	477.121	811.564	1.639.730	2.044.367	522.820	648.422	3.215.609
Circulante	A vencer	–	–	–	–	–	–	–	–
Não circulante (d)	A vencer	–	–	–	–	–	–	–	–

(a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R\$ (86.301) em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 20.873) em 31 de dezembro de 2021), em contrapartida ao resultado financeiro; (b) O correspondente à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos após o exercício de pagamento e valores da tarifa social; (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.112 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modernidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e (d) Os parcelamentos a vencer a partir de janeiro de 2024, líquidos de AVP, no valor de R\$ 409.538 (R\$ 564.980 em 31 de dezembro de 2021) e outros contas a receber, no valor de R\$ 26.831 (R\$ 28.241 em 31 de dezembro de 2021), estão classificados no ativo não circulante e apresentados líquidos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no montante de (R\$ 114.811) (R\$ 172.257) em 31 de dezembro de 2021. **7.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) Provisões/ Reversões**

Contas a receber de consumidores faturados	2021		2022	
	Vencidas	Mais de 90 dias	Vencidas	Mais de 90 dias
Parcelamentos	1.332.113	190.401	(193.776)	1.328.738
Contas a receber de consumidores não faturados	98.164	19.076	(16.522)	21.717
Outras	65.207	55.758	(57.228)	63.737
Total	2.324.627	335.368	(366.722)	2.293.273

8. Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

Parcela A

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ/MF nº 32.695.147/0001-30

Empresas	Consolidado			
	2022		2021	
	Ativo	Resultado	Ativo	Resultado
	Notas (passivo)	receita (despesa)	(passivo)	receita (despesa)
Empresas				
Outras contas a pagar				
Equatorial Energia S.A.	(r)	(8.125)	(8.125)	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(2.615)	(11.569)	(2.596)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(3.871)	(11.693)	(3.676)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica do Amapá	(c)	(100)	(100)	-
Equatorial Transmissora S.A.	(c)	(308)	(308)	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	(7)	(7)	-
Equatorial Transmissora 9 SPE S.A.	(c)	(17)	(157)	(104)
Subtotal	(15.043)	(34.035)	(6.972)	(24.666)
Entidade é plano de benefício pós-emprego				
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(e)	-	(3.424)	(3.115)
Subtotal	-	-	(3.424)	(3.115)
Total	(15.043)	(37.459)	(6.972)	(27.781)
Outros tipos de partes relacionadas				
Equatorial Energia S.A.	(g)	-	-	(324)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(g)	-	-	(324)
Equatorial Transmissora S.A.	(g)	-	-	(324)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(g)	-	-	(324)
Equatorial Transmissora 9 SPE S.A.	(g)	-	-	(324)
Subtotal	-	-	-	(1.620)
Total	-	-	-	(1,620)
Outros tipos de partes relacionadas				
Equatorial Energia S.A.	(h)	(513.942)	(49.971)	(502.366)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(h)	(513.942)	(49.971)	(502.366)
Equatorial Transmissora S.A.	(h)	-	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(h)	-	-	-
Equatorial Transmissora 9 SPE S.A.	(h)	-	-	-
Subtotal	-	(1.027.884)	(99.942)	(1.004.732)
Total	-	(1.027.884)	(99.942)	(1.004.732)
Investimentos em serviço - (bens em comodato)				
Equatorial Energia S.A.	(i)	2.830	(2.830)	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(i)	2.430	(2.430)	-
Equatorial Transmissora S.A.	(i)	5.260	(5.260)	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(i)	-	-	-
Equatorial Transmissora 9 SPE S.A.	(i)	-	-	-
Subtotal	-	10.520	(10.520)	-
Total	-	10.520	(10.520)	-

nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como entidade de direito judicial, a Companhia de Energia Elétrica Equatorial Energia S.A. em seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, é detentora de créditos homologados no valor de R\$ 423.463, que serão quitados da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) amortização correspondente a 10% a.a. do principal a.o. em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal; (iv) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da controlada Equatorial Pará; (v) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Equatorial Maranhão Distribuição de Energia S.A. para a Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. de forma não onerosa pelo prazo de 32 (trinta e dois) meses, 30 (trinta) meses e 13 (treze) meses e da controlada Equatorial Pará Distribuição de Energia S.A. para a Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. de forma não onerosa pelo prazo de 04 (quatro) meses, conforme os respectivos Termos de Comodato, podendo suas devoluções ocorrerem antes a critério das partes; (vi) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da controlada Equatorial Maranhão Distribuição de Energia S.A. para a Companhia de Eletricidade do Amapá de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis) meses e 24 (vinte e quatro) meses e da controlada Equatorial Pará Distribuição de Energia S.A. para a Companhia de Eletricidade do Amapá em caráter emergencial e de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis) meses, conforme descrito nos respectivos Termos de Comodato, podendo suas devoluções ocorrerem antes a critério das partes; e (r) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas da Companhia, (Contratante) e a (Contratada) Equatorial Maranhão Distribuição de Energia S.A. para a Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. em nome da Companhia, a prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido. **Remuneração de pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração é o Presidente e os Diretores. Em 29 de abril de 2022, conforme Assembleia Geral Ordinária foi estabelecida a não fixação da remuneração anual para o exercício de 2022 (não fixação da remuneração para o exercício de 2021, conforme Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2021). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas não possuem remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho para suas respectivas chaves da Administração. Os benefícios pós-emprego das chaves da Administração são detalhados no plano de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 24.4 - Planos de opção de compra de ações. **Garantias:** A Equatorial Energia S.A., controladora da Equatorial Distribuição de Energia S.A., possui garantias em nome da Companhia e suas controladas e indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, com ônus (remuneração dos avaliados em 1% a.a. sobre o saldo devedor) nos contratos de financiamentos. **11 Investimentos:** As principais informações sobre os investimentos nas controladas estão conforme a seguir demonstradas:

Participação	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Equatorial Maranhão	65,11%	2.383.267	2.144.138	-
Equatorial Pará	96,50%	2.528.257	2.982.577	-
Subtotal		4.911.624	5.126.715	
Outros investimentos (a)		-	-	15.848.32.862
Total		4.911.624	5.126.715	15.848.32.862

(a) O saldo de R\$ 15.848 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 32.862 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a investimentos das controladas da Companhia, sendo o montante de R\$ 11.009 (R\$ 32.239 em 31 de dezembro de 2021) da controlada Equatorial Pará e o montante de R\$ 4.839 (R\$ 623 em 31 de dezembro de 2021) da controlada Equatorial Maranhão.

Controladas	2021	mos	nais	Resultado		Imp. renda	Resultado líquido
				dividendos	dividendos		
Equatorial Maranhão	2.144.138	(74.631)	(93.480)	406.345	(8.274)	9.169	2.383.267
Equatorial Pará	2.982.577	(266.627)	(1.686.573)	1.500.860	(8.265)	6.385	2.528.257
Total	5.126.715	(341.258)	(1.793.053)	1.907.205	(16.539)	15.554	4.911.624

Controladas	2020	anais	mos	nais	Resultado		Imp. renda	Resultado líquido
					dividendos	dividendos		
Equatorial Maranhão	2.112.262	(446.699)	(123.522)	598.596	(8.439)	11.940	2.144.138	
Equatorial Pará	2.995.666	(810.162)	(196.305)	989.111	(2.666)	6.933	2.982.577	
Total	5.107.928	(1.256.861)	(319.827)	1.587.707	(11.105)	18.873	5.126.715	

Controladas	2020	anais	mos	nais	Resultado		Imp. renda	Resultado líquido
					dividendos	dividendos		
Equatorial Maranhão	2.112.262	(446.699)	(123.522)	598.596	(8.439)	11.940	2.144.138	
Equatorial Pará	2.995.666	(810.162)	(196.305)	989.111	(2.666)	6.933	2.982.577	
Total	5.107.928	(1.256.861)	(319.827)	1.587.707	(11.105)	18.873	5.126.715	

Controladas	2021	anais	mos	nais	Resultado		Imp. renda	Resultado líquido
					dividendos	dividendos		
Equatorial Maranhão	2.144.138	(74.631)	(93.480)	406.345	(8.274)	9.169	2.383.267	
Equatorial Pará	2.982.577	(266.627)	(1.686.573)	1.500.860	(8.265)	6.385	2.528.257	
Total	5.126.715	(341.258)	(1.793.053)	1.907.205	(16.539)	15.554	4.911.624	

Controladas	2020	anais	mos	nais	Resultado		Imp. renda	Resultado líquido
					dividendos	dividendos		
Equatorial Maranhão	2.112.262	(446.699)	(123.522)	598.596	(8.439)	11.940	2.144.138	
Equatorial Pará	2.995.666	(810.162)	(196.305)	989.111	(2.666)	6.933	2.982.577	
Total	5.107.928	(1.256.861)	(319.827)	1.587.707	(11.105)	18.873	5.126.715	

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) do ativo de contrato para ativo financeiro da concessão e ativo intangível; (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; (c) Saldo proveniente da controlada Equatorial Pará, corresponde às reclassificações entre o ativo intangível e o investimento; e (d) Valores correspondentes às baixas de bens integrantes do ativo intangível entre as quais destacamos: baixa de medidores, transformadores e religadores de distribuição que correspondiam à direitos de recebimento, via faturamento, através de sua amortização. Os bens foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas. As controladas da Companhia avaliaram e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens adicionados ao valor recuperável do ativo de contrato. Deste total, R\$ 2.156.109 em 31 de dezembro de 2021. **14 Ativo de contrato (Consolidado):** A movimentação do ativo de contrato está conforme a seguir demonstrado:

Controladas	2021	anais	mos	nais	Resultado		Imp. renda	Resultado líquido
					dividendos	dividendos		
Equatorial Maranhão	2.144.138	(74.631)	(93.480)	406.345	(8.274)	9.169	2.383.267	
Equatorial Pará	2.982.577	(266.627)	(1.686.573)	1.500.860	(8.265)	6.385	2.528.257	
Total	5.126.715	(341.258)	(1.793.053)	1.907.205	(16.539)	15.554	4.911.624	

(a) Resultado de equivalência patrimonial está bruto da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 15.654 (R\$ 15.654 em 31 de dezembro de 2021), conforme o artigo 23, letra (a), do ICP nº 19, 12 (ativo financeiro da concessão - Consolidado); A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

Controladas	2021	anais	mos	nais	Resultado		Imp. renda	Resultado líquido
					dividendos	dividendos		
Equatorial Maranhão	2.144.138	(74.631)	(93.480)	406.345	(8.274)	9.169	2.383.267	
Equatorial Pará	2.982.577	(266.627)	(1.686.573)	1.500.860	(8.265)	6.385	2.528.257	
Total	5.126.715	(341.258)	(1.793.053)	1.907.205	(16.539)	15.554	4.911.624	

(a) Resultado de equivalência patrimonial está bruto da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 15.654 (R\$ 15.654 em 31 de dezembro de 2021), conforme o artigo 23, letra (a), do ICP nº 19, 12 (ativo financeiro da concessão - Consolidado); A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

Controladas	2021	anais	mos	nais	Resultado		Imp. renda	Resultado líquido
					dividendos	dividendos		
Equatorial Maranhão	2.144.138	(74.631)	(93.480)	406.345	(8.274)	9.169	2.383.267	
Equatorial Pará	2.982.577	(266.627)	(1.686.573)	1.500.860	(8.265)	6.385	2.528.257	
Total	5.126.715	(341.258)	(1.793.053)	1.907.205	(16.539)	15.554	4.911.624	

(a) Resultado de equivalência patrimonial está bruto da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 15.654 (R\$ 15.654 em 31 de dezembro de 2021), conforme o artigo 23, letra (a), do ICP nº 19, 12 (ativo financeiro da concessão - Consolidado); A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

Controladas	2021	anais	mos	nais	Resultado		Imp. renda	Resultado líquido
					dividendos	dividendos		
Equatorial Maranhão	2.144.138	(74.631)	(93.480)	406.345	(8.274)	9.169	2.383.267	
Equatorial Pará	2.982.577	(266.627)	(1.686.573)	1.500.860	(8.265)	6.385	2.528.257	
Total	5.126.715	(341.258)	(1.793.053)	1.907.205	(16.539)	15.554	4.911.624	

(a) Resultado de equivalência patrimonial está bruto da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 15.654 (R\$ 15.654 em 31 de dezembro de 2021), conforme o artigo 23, letra (a), do ICP nº 19, 12 (ativo financeiro da concessão - Consolidado); A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

Controladas	2021	anais	mos	nais	Resultado		Imp. renda	Resultado líquido
					dividendos	dividendos		
Equatorial Maranhão	2.144.138	(74.631)	(93.480)	406.345	(8.274)	9.169	2.383.267	
Equatorial Pará	2.982.577	(266.627)	(1.686.573)	1.500.860	(8.265)	6.385	2.528.257	
Total	5.126.715	(341.258)	(1.793.053)	1.907.205	(16.539)	15.554	4.911.624	

(a) Resultado de equivalência patrimonial está bruto da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 15.654 (R\$ 15.654 em 31 de dezembro de 2021), conforme o artigo 23, letra (a), do ICP nº 19, 12 (ativo financeiro da concessão - Consolidado); A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

Controladas	2021	anais	mos	nais	Resultado		Imp. renda	Resultado líquido
					dividendos	dividendos		
Equatorial Maranhão	2.144.138	(74.631)	(93.480)	406.345	(8.274)	9.169	2.383.267	
Equatorial Pará	2.982.577	(266.627)	(1.686.573)	1.500.860	(8.265)	6.385	2.528.257	
Total	5.126.715	(341.258)	(1.793.053)	1.907.205	(16.539)	15.554	4.911.624	

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado): 16.1 Composição do saldo

Moeda estrangeira (USD)	2022		2021	
	Principal e encargos	Total	Principal e encargos	Total
Banco Citibank S.A.	340.325	340.325	575.025	919.758
Scotiabank	7512	1.384.598	1.392.210	366.782
Total moeda estrangeira	347.837	1.384.598	1.735.535	1.286.540
Moeda nacional				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	309.478	3.903.426	4.212.904	288.581
Banco do Brasil S.A.	124	82	206	124
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	13.015	-	13.015	22.444
Caixa Econômica Federal	10.502	36.339	47.141	10.542
Subtotal	333.119	3.940.147	4.273.266	321.691
(- Custo de captação)	(1.589)	(14.803)	(16.392)	(1.286)
Total moeda nacional	331.530	3.925.344	4.256.874	320.405
Total	679.367	5.309.942	5.992.409	1.606.945

16.2 Cronograma de amortização da dívida:
Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2022		2021	
	Principal e encargos	Total	Principal e encargos	Total
Circulante	679.467</			

EQVATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ/MF nº 32.695.147/0001-30

continuação

Exclusões:	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Reversão de provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(176.668)	(6.359)	(275.529)	(99.190)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(703)	(253)	-	-
Atualização do ativo financeiro VNR	(125.600)	(45.216)	(246.825)	(88.857)
Variação swap	(2.999)	(1.090)	(6.319)	(2.275)
Outras provisões	(71.69)	(2.676)	(34.947)	(12.975)
Total exclusões (C)	(154.139)	(55.484)	(563.320)	(203.297)
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	(30.823)	(14.514)	(60.341)	(9.288)
Incentivos PSL	(3.000)	-	(4.736)	(9.569)
IRPJ e CSLL outros	-	-	(22.942)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(296)	-	(309)	-
Total compensações (D)	(34.119)	(14.514)	(88.328)	(18.857)
IRPJ subvencido governamental reinvestimento (i)	(92.170)	-	-	-
IRPJ subvencido governamental (ii)	(466.382)	-	(313.631)	-
Total outras deduções (E)	(558.552)	-	(313.631)	-
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	97.773	221.467	109.932	151.754
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	(44.737)	(2.697)	166.106	58.288
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	53.036	218.770	276.038	210.042

(i) Em maio de 2022, a controlada Equatorial Maranhão recebeu o recurso do incentivo do Reinvestimento do IRPJ previsto na Lei n. 5.508/68 referente ao depósito realizado em 2020. Deste modo, foi reconhecido o montante de R\$ 92.170 em conta específica no resultado de incentivo fiscal de reinvestimento; e (ii) Em 31 de dezembro de 2022, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 466.382 (R\$ 313.631 em 31 de dezembro de 2021). **20. Dividendos a pagar (Controladora):** Conforme a legislação social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Conforme disposto no artigo de acionistas, as ações preferenciais de emissão da Companhia terão direito a dividendos distribuídos pela Companhia, de acordo com os termos e condições estabelecidos abaixo, em cada Assembleia Geral Extraordinária, sob a condição de que o valor total pago seja equivalente a ("Dividendos privilegiados"): (i) 15% do lucro líquido apurado pela Companhia de acordo com a definição constante do art. 191 da Lei das Sociedades por Ações feita as deduções exigidas no art. 193 da Lei das Sociedades por Ações e subtraído do valor restante os valores que tenham sido auferidos pela Equatorial Pará S.A. e Equatorial Maranhão, no âmbito das ações judiciais de cunho fiscal nas quais as Subsidiárias são autoras, tendo como objetivo de discussão débitos de PIS/COFINS ("Ações fiscais" e já consideradas quaisquer outras deduções aplicáveis) ("Lucro líquido") auferido pela Companhia no respectivo exercício, após as distribuições relativas aos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021; (ii) 50% do lucro líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições a relativas aos exercícios sociais de 2022, 2023 e 2024; e (iii) 55% do lucro líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições a partir do exercício social de 2026 em diante. Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2022		2021	
	Valor	%	Valor	%
Lucro líquido do exercício (c) Reserva legal	1.909.351	1,58%	1.587.081	11%
Lucro líquido ajustado	1.813.887	1,508.20%	1.508.202	-
Dividendos mínimos obrigatórios	453.472	377.051	377.051	-
Dividendos adicionais propostos	619.200	511.200	511.200	-
Total dividendos	1.072.778	1.508.202	1.508.202	-

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020		Dividendos adicionais 2020		Pagamento de dividendos		Dividendos mínimos propostos de 2021		Dividendos adicionais propostos		Saldo em 31 de dezembro de 2021	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	88.223	264.669	1.366.710	1.013.818	377.051	11.263	1.253.150	1.253.150	477.360	172.066	172.066

(a) Em 28 de abril de 2022, através da Reunião da Diretoria, foi aprovado a distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R\$ 117.533, referente ao exercício de 2021 e (b) Em 07 de dezembro de 2022, conforme a ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 758.766 referente ao exercício de 2022. O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal. Além disso, o artigo 193-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser realizada, o que apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (o que revogou o artigo 193 da Lei nº 6.404/76). Assim, a Reserva de Incentivos Fiscais não pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório jurídico que conduz o processo. A estimativa da controlada é que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

	2022		2021	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	5.695	5.695	28.527	19.211
Outras concessionárias	18.701	18.780	52.923	43.686
Partes relacionadas	83.853	83.853	382.433	389.331
Não circulante	787.383	782.375	1.175.883	1.175.883
Outras concessionárias	1.027.434	1.027.434	1.027.434	1.027.434
Partes relacionadas	1.080.357	1.080.357	1.080.357	1.080.357

(a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; e (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive as com limitação de bens e créditos decorrentes de operações de recebíveis, ou sem vinculação de recebíveis; e (b) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo é composto por: R\$ (47.105) de empréstimos e financiamentos e R\$ (17.773) de outras concessionárias (R\$ (5.676) de empréstimos e financiamentos e R\$ (19.288) de outras concessionárias em 31 de dezembro de 2021). **21.2 Cronograma de amortização:** O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

	2022		2021	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	52.923	5%	29.742	3%
2024	27.076	3%	27.076	3%
2025	67.142	6%	1.102.255	101%
Até 2034	1.253.699	116%	1.253.699	116%
(-) Ajuste a valor presente - partes relacionadas	(16.878)	(1%)	(16.878)	(1%)
Total	1.027.434	100%	1.027.434	100%

	2022		2021	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento	52.923	5%	29.742	3%
Circulante	27.076	3%	27.076	3%
2024	67.142	6%	1.102.255	101%
Até 2034	1.253.699	116%	1.253.699	116%
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante)	(16.878)	(1%)	(16.878)	(1%)
Total	1.027.434	100%	1.027.434	100%

	2022		2021	
	Valor	%	Valor	%
Outras concessionárias	18.701	18.780	52.923	43.686
Partes relacionadas	83.853	83.853	382.433	389.331
Não circulante	787.383	782.375	1.175.883	1.175.883
Outras concessionárias	1.027.434	1.027.434	1.027.434	1.027.434
Partes relacionadas	1.080.357	1.080.357	1.080.357	1.080.357

(a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; e (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive as com limitação de bens e créditos decorrentes de operações de recebíveis, ou sem vinculação de recebíveis; e (b) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo é composto por: R\$ (47.105) de empréstimos e financiamentos e R\$ (17.773) de outras concessionárias (R\$ (5.676) de empréstimos e financiamentos e R\$ (19.288) de outras concessionárias em 31 de dezembro de 2021). **21.2 Cronograma de amortização:** O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

22.2 Cíveis: As controladas da Companhia figuram como rés em 24.144 processos cíveis em 31 de dezembro de 2022 (25.251 processos em 31 de dezembro de 2021), sendo que 11.527 tramitam em Juizados Especiais (13.461 processos em 31 de dezembro de 2021), os quais, em sua maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Os processos cíveis mais significativos em termos de indenizações questionando acidentados com a rede de distribuição, decorrentes do fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores. Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídios das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 672.727 (R\$ 1.103.210 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foram constituídas provisões.

	2022	2021
Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	42.196	50.042
Falha no fornecimento	25.416	25.197
Morte por eletrolessão	14.911	15.022
Cobrança indevida	23.331	24.883
Fraude questionada	4.463	5.135
Corte indevido	12.346	10.751
Acidente com terceiros	6.122	6.122
Outros	2.181	3.187
Incêndio	3.857	834
Regulatório	88.073	88.097
Outras	22.265	22.534
Total	245.540	251.805

	2022	2021
Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	337.845	320.211
Falha no fornecimento	74.511	103.638
Morte por eletrolessão	24.713	21.282
Acidente com terceiros	8.124	13.348
Incêndio	60.512	54.962
Outros	18.052	19.055
Total	672.727	1.103.210

22.3 Fiscais: As controladas da Companhia figuram como rés em 514 processos fiscais 31 de dezembro de 2022 (451 processos em 31 de dezembro de 2021). Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídios das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 28.450 (R\$ 26.632 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foram constituídas provisões.

	2022	2021
Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	20.222	20.222
Planos Econômicos	14.745	14.745
PIS/COFINS	16.165	16.165
Outras	70.256	70.257
Total	2.580	2.580

	2022	2021
Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	22.841	21.219
PIS/COFINS	5.609	5.413
Outras	28.945	28.945

22.4 Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia possuem 882 reclamações ajuizadas (906 processos em 31 de dezembro de 2021) por exemplos contra as controladas da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como indenizações por danos morais e materiais. Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas, cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídios das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 756.499 (R\$ 756.499 em 31 de dezembro de 2021), para as quais não foram constituídas provisões.

	2022	2021
Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	1.967	2.200
Responsabilidade subsidiária	8.558	8.951
Outras	1.179	1.179
Existente ocupacional/profissional	1.470	2.505
Reintegração no emprego	4.182	2.267
Danos morais	20.587	4.455
Outras	38.458	27.862

	2022	2021
Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	39.170	38.779
Responsabilidade subsidiária	1.160	2.356
Outras	2.208	1.330
Reintegração no emprego	1.008	313
Danos morais	2.654	2.654
Outras	2.783	4.053
Total	47.872	49.455

22.5 Regulatórios: Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 7.385 (R\$ 6.569 em 31 de dezembro de 2021) corresponde às prováveis penalidades a serem aplicadas contra a Equatorial Maranhão e R\$ 154.533 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 154.533 em 31 de dezembro de 2021), referente a termos de notificação e auto de infração da ANEEL, bem como penalidade de medição de fronteira na CCEE. **23. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores (Consolidado):** Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu no Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, de modo a dar prioridade a favor da tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021

continuação

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ/MF nº 32.695.147/0001-30

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 16 - Empréstimos e financiamentos e nº 17 - Debêntures, as controladas da Companhia possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (covenants). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas. (c) **Risco de mercado.** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. As controladas da Companhia utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, as controladas da Companhia buscam aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado. (d) **Risco de taxa de câmbio.** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição de câmbio da controlada direta Equatorial Maranhão foi de 13,9% (16,9% em 31 de dezembro de 2021) e da controlada direta Equatorial Pará era de 21,5% (18,5% em 31 de dezembro de 2021) de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira). A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. As controladas possuem dívidas em moeda estrangeira com *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 31.4 - Instrumentos financeiros derivativos. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

Operação	Risco	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial					
		Impacto no resultado					
		Saldo em R\$ Mil	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(1.732.535)	(1.871.934)	(2.339.918)	(2.807.901)	(1.403.950)	(935.967)
Impacto no resultado do exercício			(467.984)	(935.967)	(467.984)	935.967	935.967
Swap - Ponta Ativa	USD	1.749.293	1.890.041	2.362.551	2.835.062	1.417.531	945.020
Impacto em outros resultados abrangentes			4.526	9.054	(4.526)	(9.054)	
Impacto no resultado do exercício			467.984	935.967	(467.984)	(935.967)	
Impacto líquido no resultado do exercício total			-	-	-	-	-
Referência para passivos financeiros							
Dólar USD/R\$ (12 meses)		5,64	5,22	7,05	8,46	4,23	2,82

Fonte: B3. (e) **Risco de taxa de juros.** Este risco é oriundo da possibilidade das controladas da Companhia virem a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. As controladas da Companhia monitoram continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional das controladas da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros					
		Impacto no resultado					
		Saldo em R\$ Mil	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	350.508	397.546	409.306	421.065	385.786	374.027
Impacto no resultado do exercício			11.760	23.519	(11.760)	(23.519)	

Conselho de Administração
 Carlos Augusto Leone Piani - Presidente do Conselho
 Guilherme Mexias Aché - Vice-Presidente do Conselho
 Eduardo Haiama - Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa
 Luís Henrique de Moura Gonçalves - Karla Bertocco Trindade -
 Tania Sztamfater Chocolat - Tiago de Almeida Noel

Conselho Fiscal
 Maria Salete Garcia Pinheiro - Conselheira Fiscal Titular
 Saulo de Tarso Alves de Lara - Conselheiro Fiscal Titular
 Vanderlei Dominguez da Rosa - Conselheiro Fiscal Titular
 Paulo Roberto Franceschi - Conselheiro Fiscal Suplente
 Claudia Luciana Ceccato de Trotta - Conselheira Fiscal Suplente
 Ricardo Bertucci - Conselheiro Fiscal Suplente

Diretoria Executiva
 Augusto Miranda da Paz Júnior - Diretor Presidente
 José Silva Sobral - Diretor
 Humberto Luis Queiroz Nogueira - Diretor
 Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor
 Timn Freire Amado - Diretor
 Sérgio Túlio dos Santos - Diretor

Geovane Ximenes de Lira
 Superintendente
 Contador CRC-PE012996-0-3-S-MA

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Augusto Miranda da Paz Júnior, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; José Silva Sobral, Diretor; Sérgio Túlio dos Santos, Diretor; Humberto Luis Queiroz Nogueira, Diretor; e Timn Freire Amado, Diretor; declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 29 de março de 2023 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Diretoria da Equatorial Energia Distribuição S.A. São Luís - MA. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial Energia Distribuição S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas." Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos.** Demonstração do valor adicionado. A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua

forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda

liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos

• Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normalização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. No SGA, a Companhia e suas controladas possuem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim a minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Adicionalmente, visando a reduzir impactos ambientais, a Companhia e suas controladas utilizam em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte. **31.6. Gestão do capital.** A política da Administração da Companhia e de suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. **32. Demonstração dos fluxos de caixa.** **32.1. Transações que não afetam caixa.** O CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. As transações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa	
Dividendos a receber	2.121.312	
Total atividades de investimentos	2.121.312	
Atividades de financiamento		
Redução de capital	347.000	
Dividendos mínimos obrigatórios	453.472	
Dividendo adicionais de 2021 constituídos	117.333	
Dividendos intermediários constituídos	619.806	
Total atividades de financiamento	1.537.611	
Total	3.658.923	
	Efeito não caixa	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual (a)	1.332.418	
Transferências entre ativo contratual e intangível (a)	602.163	
Adição de ativo intangível em contrapartida de encargos setoriais	24.231	
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedores (b)	69.455	
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações e encargos sobre folha de pagamento (b)	129.015	
Transferência entre investimentos e intangível	19.283	
Total atividades de investimentos	2.176.655	
Atividades de financiamento		
Capitalização de juros de empréstimos (c)	25.808	
Redução de capital	347.000	
Dividendos mínimos obrigatórios	503.140	
Dividendo adicionais de 2021 constituídos	170.363	
Dividendos intermediários constituídos	535.614	
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	1.411	
Hedge accounting de fluxo de caixa (d)	19.462	
Total atividades de financiamento	1.602.798	
Total	3.779.453	

(a) Correspondem às transferências (biturcação) de ativo de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; (b) Referem-se às adições de ativo de contrato em contrapartida de fornecedores e obrigações e encargos sobre a folha de pagamento, mais detalhes na nota explicativa nº 14 - Ativo de contrato; (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos; e (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado. **32.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento**

	Fluxo de caixa		Novos Novos Mudança		Outros	2022
	2021	2022	pagamento de Juros (*)	no valor justo		
Empréstimos e financiamentos	4.378.666	1.524.991	(174.155)	-	-	259.907.5.989.409
Debêntures	1.910.035	114.611	(254.311)	-	-	272.400.2.042.735
Instrumentos financeiros derivativos	8.211	-	(34.953)	-	-	126.528.99.786
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	1.052.200	(14.293)	(59.610)	-	-	20.806.81.254.1.080.357
Passivos de arrendamento	20.072	(3.896)	(1.612)	1.411	-	1.582.17.557
Dividendos a pagar	452.367	(1.437.034)	-	-	-	1.208.117.224.500
Total	7.821.551	184.379	(524.641)	1.411	-	20.806.1.950.788.9.454.294

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da EQUATORIAL ENERGIA S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, apresentado sem ressalva, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., em 29 de março de 2023, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação do lucro do exercício, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Brasília, 29 de março de 2023. Paulo Roberto Franceschi; Vanderlei Dominguez da Rosa; Saulo Tarso Alves de Lara.

(* A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. **33. Compromissos futuros (Consolidado).** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência 2023	2024	2025	Após 2025 (*)	
Energia contratada	2023 a 2034	4.707.385	4.910.998	5.178.276	61.892.199
Energia contratada (em MWh)	2023 a 2034	20.417.331	20.481.897	20.875.282	206.598.171

(*) estimado em 9 anos após 2025. Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Arrendamentos e alugueis

	Vigência 2023	2024	2025	Após 2025 (*)	
Arrendamentos e alugueis	2023 a 2028	3.528	3.310	2.989	77.30
Sistema isolado	2023 a 2027	641.402	456.924	137.362	54.916
Sistema isolado (MWh)	2023 a 2027	278.163	253.330	185.623	74.922

(*) estimado até a data de interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN). **34. Eventos subsequentes. Companhia e suas controladas. Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre 'coisa julgada' em matéria tributária.** Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. A Companhia e suas controladas avaliaram os efeitos legais desta decisão e não identificaram processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas entendem que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuarão monitorando a evolução do assunto. **Transferência da totalidade de ações da Equatorial Piauí.** Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Equatorial Energia aprovou a transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia, para a Companhia. **Acordo de Investimento celebrado com o Itaú Unibanco S.A.** Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Equatorial Energia aprovou a celebração de um acordo de investimento entre a Equatorial Energia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), regulando os termos e condições para a realização de um novo investimento, pelo Itaú, na Companhia, através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe B do capital social da Companhia ("Acordo de Investimento") no montante de aproximadamente R\$ 2.103.000. O aporte foi consumado em 21 de março de 2023, e em 23 de março de 2023, o Acordo de Investimento foi celebrado em 21 de março de 2023, no qual o investimento, pelo Itaú na Companhia, foi implementado ("Operação"). Com a conclusão da Operação, o Itaú passou a ser titular de 559.308.511 (quinhentas e cinquenta e nove milhões, trezentas e oito mil e quinhentas e onze) ações preferenciais classe B de emissão da Companhia, as quais, em conjunto com as 397.661.749 (trezentas e noventa e sete milhões, seiscentas e sessenta e uma mil, setecentas e quarenta e nove) ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já anteriormente detidas pelo Itaú, representam 20,83% do capital social total da Companhia e a totalidade das ações preferenciais de sua emissão. A Equatorial Energia, por sua vez, passou a ser a titular de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia, passando a ser titular de um total de 3.637.513,056 (três bilhões, seiscentos e trinta e sete milhões, quinhentos e treze mil, cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 79,17% do capital social total da Companhia. Como consequência dessa contribuição, a Equatorial Distribuição S.A. passou a ser controladora direta da Equatorial Piauí, com participação correspondente a 94,94% do capital social total da Equatorial Piauí, passando a Equatorial Energia a ser controladora indireta da Equatorial Piauí. A Equatorial Distribuição assumiu, em substituição à Companhia, a qualidade de emitente das Notas Comerciais Escriturais e de emissora das Debêntures. Destaca-se que, em função da Operação, o acordo de acionistas da Companhia, celebrado em 11 de novembro de 2019, o qual regula os direitos e obrigações da Equatorial Energia e do Itaú na qualidade de acionistas da Companhia, foi adicionado em 23 de março de 2023. Dentro outras condições e avenças próprias de documentos dessa natureza, o acordo de acionistas estabelece a outorga pelo Itaú à Equatorial Energia de opção de compra da totalidade das ações preferenciais classe A e classe B de emissão da Companhia. Adicionalmente, o Acordo de Investimento estabeleceu algumas condições relacionadas ao percentual de distribuição de dividendos das ações preferenciais, sendo que em cada exercício social, a deliberação do pagamento é realizada pela Companhia em assembleia, até que o valor total pago seja equivalente ao seguinte percentual do lucro líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios: (i) 15% para as distribuições relativas ao exercício social de 2023; (ii) 17,50% para as distribuições relativas ao exercício social de 2024; (iii) 22,50% para as distribuições relativas ao exercício social de 2025; (iv) 30% para as distribuições relativas ao exercício social de 2026 e ao primeiro semestre do exercício social de 2027; (v) 35% para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2029; e (vi) 50% para as distribuições relativas ao exercício social de 2030 em diante. **Cessão de dívida e resgate antecipado.** Em 21 de março de 2023 a Equatorial Energia S.A. Emissora da 6ª Emissão de Debêntures no valor de R\$ 1.578.983 e da 1ª Nota Comercial no valor de R\$ 500.000 realizou a cessão da dívida de ambos os passivos para a Companhia, cuja dívidas foram renomeadas para 2ª Emissão de Debêntures e 1ª Nota Comercial da Companhia respectivamente. No dia 28 de março de 2023, as duas emissões foram objeto de resgates antecipado facultativo total. **Equatorial Maranhão. Distribuição de dividendos adicionais.** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 343.871, decorrentes do resultado do exercício. **Equatorial Pará. Distribuição de dividendos adicionais.** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 49.622, decorrentes do resultado do exercício.

ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S. Ltda.
 CRC CE-001042/F
 Carlos Santos Mota Filho
 Contador CRC PE020728/O

FIQUE **A PAR DE TUDO,** LEIA **O IMPARCIAL.**

O melhor e mais diversificado
conteúdo de notícias do Estado



ASSINATURA: 📞 (98) **99144-5645**

COMERCIAL: 📞 (98) **99116-1624**

oimparcial.com.br